



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1981 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Edilson Alencar, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves e Mário Celso (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios.

Sob o número 200/81, do Sr. DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, no qual comunica que em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de setembro do corrente ano, naquela Câmara, foi aprovado por unanimidade o requerimento de autoria do ilustre Vereador JOSÉ ANTÔNIO CURTISS, solicitando que interceda junto ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para que o Projeto de Reclassificação dos Oficiais de Justiça, Escrivães e Comissários de Menores, seja o mais breve possível, encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa, pois é do conhecimento de todos, de que com o alto custo de vida e a inflação galopante que atravessa o País, os Serventuários da Justiça não estão ganhando o suficiente para a manutenção de suas famílias. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 193/81, do Sr. DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, no qual comunica que em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de setembro do corrente ano, naquela Câmara, foi aprovado por unanimidade o requerimento de autoria do ilustre Vereador JOSÉ ANTÔNIO CURTISS, solicitando que inter-

ceda junto ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para que a reivindicação dos Juízes de nosso Estado seja atendida, visando o aumento salarial que a classe pleiteia, tendo em vista que são responsáveis por inúmeros processos de todas as áreas, com dedicação de tempo integral, e o salário atual não condiz com a realidade em que vivemos. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução número 68/81, que tem por escopo a realização de plebiscito, visando alteração de divisas do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após ouvido o duto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo súbito falecimento do Sr. NICANOR SCHUMAKER, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Nicanor Schumaker era uma pessoa ligada ao trabalhador rural de Cascavel há mais de uma dezena de anos. Presidente da entidade sindical da classe há mais de 12 anos, vinha participando ativamente da vida política e dos movimentos sociais. Foi suplente de Vereador da antiga ARENA e sempre fiel seguidor dos princípios de sua agremiação partidária, mas também não negava sua boa vontade e desprendimento na acolhida e préstimos a muitos integrantes da Oposição.

Sua ausência, sem dúvida, será uma lacuna que não se preencherá jamais, pois, com invulgar simplicidade, igualava-se ao homem do campo, compreendendo seus problemas, angústias e lutas.

Líder incontestado do meio trabalhador rural, nunca se quedou diante das amargas experiências e dissabores por que passa ainda hoje o sindicalismo. Costumava ouvir as diferentes opiniões, e só tomava posição quando se convencia do momento próprio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. NICANOR SILVEIRA SCHUMACHER, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Nicanor Silveira Schumacher, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, em 1968, pelo trabalho e

dinamismo com que sempre dirigiu aquela entidade representativa de empregados rurais, foi reeleito por cinco gestões consecutivas, tendo sido o único dirigente a exercer o cargo de Presidente daquele Sindicato.

Depois de permanecer por mais de trinta dias internado em uma Casa de Saúde desta Capital, por problema de pneumonia, veio a falecer no último domingo, dia 04 do corrente mês, por problemas de derrame pulmonar, com 55 anos de idade e aproximadamente 15 anos de vida dedicados ao sindicalismo rural paranaense e brasileiro.

Líder nato, conseguiu fazer daquela entidade sindical, uma das maiores do nosso Estado, estando hoje com mais de dezenove mil associados inscritos, tendo conseguido, graças à sua liderança, construir a sede própria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, com uma área aproximada de mil metros quadrados e a instalação de duas sub-sedes nos Distritos de Rio do Salto e Lindoeste.

Além de fundador daquele Sindicato, o Sr. Nicanor Silveira Schumacher foi um grande batalhador pelo desenvolvimento do sindicalismo na região sudoeste de nosso Estado, tendo colaborado na fundação de vários sindicatos em outros municípios, onde era pessoa benquista, e grande pacificador dos problemas trabalhistas entre patrões e empregados, pois gozava de respeito e amizade dos dirigentes sindicais da classe empregadora, pelas suas decisões sempre corretas.

O seu desaparecimento deixa uma grande lacuna, não somente no seio de seus familiares, mas também no meio sindical de toda a região sudoeste e de todo o Paraná, pois era pessoa que gozava do carinho, do respeito e da amizade de todos os dirigentes sindicais de trabalhadores e da própria Diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, onde era Delegado Federativo, e esta lacuna dificilmente será preenchida, pois foi um sindicalista autêntico, sincero e leal.

Correspondências para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, à Rua Rio Grande do Sul, 1485, Cascavel, Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CLÁUDIO ALEXANDRINO, agricultor radicado em Nova Esperança há longos anos.

Outrossim, após aprovação deste, requeiro se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO CHEMIN, ex-Prefeito, Vice-Prefeito e industrial da cidade de Paranacity, ocorrido recentemente nesta Capital.

Outrossim, após aprovação deste, requeiro se dê ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. JOANITA BARILOTTI

DALAGRANA, ocorrido dia 04 do corrente mês, em Campo Largo.

Solicita ainda, se aprovado o mesmo, seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. José Dalagrana, residente na Estrada Mato Grosso, casa 2025, naquele município.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. HELEVIR TORRES WEBER, ocorrido dia 03 do corrente mês, em Campo Largo.

Solicita ainda, após aprovado o mesmo, se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Sra. Ivone Dezotti Weber, residente à Rua Barão do Rio Branco, 775.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. NICANOR SCHUMACHER, falecido no último dia 04 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Nicanor Schumacher gozava de profundo respeito e admiração da população oestina. Exerceu a alta função de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, onde sempre foi um baluarte na defesa dos interesses do agricultor do Paraná.

Seu nome ficará inscrito na história do Oeste Paranaense, como um exemplo a ser seguido pelas novas gerações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Sr. DUCASTEL NICZ.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento, em data de 03 do corrente, na cidade de Toledo, do Sr. JOSÉ CARLOS BASSO.

Tratava-se de pessoa altamente relacionada e estimada na sociedade toledana, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade, o desaparecimento do Sr. José C. Basso.

Requer, outrossim, seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja registrado em Ata um voto de aplausos à Comunidade Bahá'í de Curitiba, pela realização da II Semana Bahá'í.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Procurando desenvolver um trabalho dos mais sérios rumo à unidade mundial, pregando a fé e o amor, a comunidade de Bahá'í luta pela evolução, contra a revolução.

A II Semana Bahá'í será desenvolvida em Curitiba, a partir de hoje, no Salão das Convenções do Hotel Deville Colonial, na Rua Comendador Araújo, 99.

A Fé Bahá'í é uma espécie de renovação dentro da religião, possuindo suas próprias escrituras, leis e mandamentos, contando também com diversas instituições, cumprindo suas profecias e revelações divinas anteriores.

Foi no Irã, em 1844, que nasceu a Fé Bahá'í anunciada pelo Báb e estabelecida no ano de 1863, por Bahá'u'lláh, um nobre persa, que revelou seus ensinamentos durante mais de 40 anos de exílio e encarceramento.

Hoje, a pregação é uma chama viva em todos os países e territórios do mundo.

O objetivo maior é a paz universal, com a unidade total de todos os homens, independente de sua origem, raça, classe ou cor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, um voto de regozijo pela passagem do 34º aniversário de Campo Mourão, o qual ocorrerá no dia 10/10/81.

Outrossim, requer que, do pronunciamento desta Casa, se dê conhecimento à Câmara Municipal de Campo Mourão e ao Poder Executivo do referido município.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Cel. Haroldo Ferreira Dias, DD. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que sejam determinadas as seguintes providências, para atender a Delegacia de Polícia de Palmeira.

a) uma cota mensal de combustível para funcionamento da viatura;

b) uma viatura em condições de uso, tendo em vista o estado precário da atual; e

c) reforma do prédio da Cadeia Pública.

Cumprе ressaltar que essas providências já foram solicitadas pelo Deputado subscritor, com promessa de atendimento pelos ofícios números 138 e 157/81, de 15 de julho e 20 de maio de 1981, respectivamente.

Entretanto, tal não aconteceu e como se pode ver da publicação feita no jornal local "Gazeta de Palmeira", vem facilitando a onda de crimes na cidade, sem que a Polícia nada possa fazer, por falta de condições materiais, o que vem causando natural e justa revolta da população.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Srs. RENATO ANTÔNIO JOHNSSON, DD. Secretário do Interior e ao Dr. INGO HENRIQUE HUBERT, DD. Presidente da SANEPAR, apelando no sentido de que sejam tomadas providências imediatas quanto possíveis, no sentido de se fazer a extensão da rede de água na Colônia Francesa, em ambos os lados da via pública, logo que cruza a BR-277, sentido de São João do Triunfo até o Asilo de Velhos "Acelino Teixeira de Oliveira", tendo em vista as dificuldades enormes porque vêm passando os moradores daquela populosa Colônia, que são obrigados a transportar a água de uma distância de mais de dois quilômetros, para atender suas necessidades, se constituindo tal fato, num verdadeiro drama.

Cumprе ressaltar que a caixa d'água da SANEPAR, fica a uma distância de aproximadamente trezentos metros do início das propriedades, cujos proprietários reivindicam esse serviço público, o que vem facilitar, sobretudo, a execução dos serviços.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, BADEP, Dr. EURO BRANDÃO, solicitando informações a respeito dos critérios adotados para a liberação de 350 milhões de cruzeiros para a empresa AGROCERES SEMENTES S/A.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Foi noticiado recentemente na imprensa, a liberação de recursos, na ordem de 350 milhões de cruzeiros, em favor da AGROCERES SEMENTES S/A, empresa do grupo multinacional SWIFT ARMOUR S/A.

Trata-se de projeto de implantação de uma granja multiplicadora de suínos de raça e uma fábrica de rações na cidade de Mal. Cândido Rondon.

Sabemos entretanto, que a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda., COPAGRIL, possui já uma fábrica de rações com capacidade produtiva em torno de 40 a 50 mil sacas por mês, sem haver comércio para tanto. Hoje, a produção está menor.

Por outro lado, a COPAGRIL possui um Programa de Integração, que financia todas as fases da produção de suínos, com assistência veterinária. Há interesse da Cooperativa de entrar na produção de matrizes.

Em virtude destes fatos, gostaríamos de saber os critérios utilizados pelo BADEP na liberação dos recursos para a empresa AGROCERES SEMENTES S/A, a fim de que possa se instalar no Município de Mal. Cândido Rondon, neste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Banco do Brasil, solicitando daquela instituição oficial de crédito, a implantação de um Posto Avançado no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.
(aa) NILSO SQUAREZI e DENI SCHVARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Município de Verê, localizado no Sudoeste do Estado, constitui-se num importante centro produtor especialmente dedicado à agro-pecuária.

Verê possui atualmente, apenas um estabelecimento bancário — particular — que em virtude do enorme desenvolvimento agrícola do município, torna-se insuficiente para atender as necessidades de financiamentos para o setor em prejuízo àquele laborioso povo e à Nação.

Como é a agricultura a grande prioridade do Governo como vemos no slogan "Plante Bem" amplamente divulgado no rádio e na televisão, é preciso que o Governo se faça presente, através de um Posto Avançado do Banco do Brasil em Verê, para o necessário apoio ao produtor para que este, com seu trabalho, atenda a este chamamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que fixe para o dia 03 de dezembro de 1981, a data de entrega do Título de Cidadão Honorário ao Cardeal D. Evaristo Arns, cujo projeto está devidamente aprovado.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 113/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina-PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Nipo-Brasileira de Guaravera, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina, fundada em 05 de outubro de 1954, com duração indeterminada, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal 3270, de 11 de maio de 1981, tem como finalidade: pugnar pela democracia e liberdade fundamentais ao homem; dar apoio e estímulo à crítica; lutar pela emancipação e elevação cultural do povo brasileiro, incentivando e trabalhando por todos os meios possíveis, à prática das culturas cívicas, morais e intelectuais; lutar pelas causas de justiça e de direito; promover conferências, debates, reuniões sociais e culturais a título de aprimoramento do nível cultural dos seus associados, bem como prestar na medida do possível, serviços de assistência social e filantrópica.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende as determinações previstas em lei.

A Associação Nipo-Brasileira de Guaravera, por sua própria condição, e pelos relevantes trabalhos que vem desempenhando na área social de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 114/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de SANTA TEREZINHA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas seguintes:

I — Norte: partindo da ponte da estrada de Santa Helena sobre o Rio Passo Cuê, sobe por este curso no sentido leste, até a sua nascente, aproximadamente na divisa do Município de Foz do Iguaçu com o Município de São Miguel do Iguaçu; II — Leste: Partindo do Rio Passo Cuê, mais ou menos à altura de sua nascente, na divisa municipal com o Município de São Miguel do Iguaçu, segue por essa no sentido Sul até encontrar a picada da antiga linha telegráfica que margeia a estrada velha de Guarapuava, no ponto em que esta última transpõe o Rio Apepu; III — Sul: descendo a picada antiga da linha telegráfica acima descrita no sentido oeste, percorre uma extensão de aproximadamente 17000 metros, alcançando em ponte localizada aquém da ponte sobre o arroio Sanga Funda, localizado na Fazenda Bonozo, no canto sudoeste da divisa do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda; IV — Oeste: do canto sudoeste da divisa do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda., parte em sentido Norte, seguindo a linha divisória do patrimônio da referida firma, até o ponto em que esta deriva a leste, indo daí, em ângulo de mais ou menos 90º para Oeste, numa distância aproximada de 1800 metros onde reflete ao Norte e em linha reta alcançando a estrada de Santa Helena, pelo qual segue, ainda na direção Norte, até a ponte nessa estrada sobre o Rio Passo Cuê, no ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Nossa intenção, traduzindo o anseio da população que subscreve o memorial em anexo, é a elevação do Distrito Administrativo e Judiciário de Santa Terezinha, pertencente ao Município de Foz do Iguaçu, à categoria de município. O referido distrito é altamente populoso, talvez mais do que grande parte de muitos municípios de nosso Estado, tendo portanto, estrutura capaz de manter tal transformação.

Conta a localidade de Santa Terezinha, atualmente, entre outras obras e melhorias, uma agência do Banco do Estado do Paraná, uma agência do Banco BAMERINDUS do Brasil, uma agência REPRO do Banco do Brasil, Correios e Telégrafos e inúmeros aparelhos telefônicos ligados ao sistema DDI, mostrando desta forma a pujança daquela localidade que justifica a urgente necessidade da criação e instalação do município aqui proposto.

Desta forma, parece-nos que a reivindicação que ora fazemos nesta Casa, ampara-se tanto em fatores sócio-populacionais quanto nas exigências de ordem legal, não existindo portanto, arestas que possam impedir a transformação do distrito já mencionado, em município.

Assim sendo, esperamos dos ilustres Pares que se dê o devido apoio e posterior aprovação na medida que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 115/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1981

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade de nossa Capital, dentro dos ditames estabelecidos nos Estatutos Sociais, em prol dos deficientes físicos.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas na Lei 6994, que regula a matéria em nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que por certo contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o ano de 1960 funciona, no Congresso Nacional, o grupo parlamentar do Movimento de Liderança Cristã. Este grupo foi formado pelo idealismo de dois Deputados que julgaram importante reservar alguns momentos à meditação, de tal maneira a revigorar as suas forças espirituais, para enfrentar os embates próprios das atividades parlamentares.

O movimento prosperou e hoje, semanalmente, se reúne no Congresso Nacional todas as quartas-feiras, um representativo grupo de Senadores e de Deputados Federais que, juntos, almoçam, oram e analisam a palavra de Deus, independentemente.

Os resultados têm sido notáveis e têm inspirado outros a seguirem este exemplo. Diversos Parlamentos Estaduais formaram grupos de Liderança Cristã.

Na segunda-feira, conforme aviso que foi transmitido a todos os gabinetes dos Srs. Parlamentares, foi constituída nesta Assembléia Legislativa o Grupo Parlamentar de Liderança Cristã. Foi uma inspiradora reunião, à qual estiveram presentes representantes de três dos partidos com assento nesta Casa.

Na ocasião ouvimos, do Reverendo Engene Young algumas explicações sobre o trabalho da Liderança Cristã, que tem sido desenvolvido em muitos Parlamentos do mundo, qual tem por meta a comunhão, aprimoramento, evangelização e o testemunho. E também tivemos a oportunidade de receber a visita do Reverendo David Jones, que se propõe a ser um dos assessores deste movimento aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, voluntariamente.

Na oportunidade, fomos honrados pelos companheiros ali presentes para, durante o período de um ano, coordenar o trabalho deste Grupo Parlamentar Cristão. Vice-Presidente ficou ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Para Tesoureiro, o nobre Deputado Tércio Albuquerque. Para Coordenador das Meditações, o Deputado Gernote Kirinus.

São os objetivos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Grupo Parlamentar do Movimento de Liderança Cristã, a comunhão, o aprimoramento, a evangelização e o testemunho.

Acredito que se houver a participação do maior número possível de Parlamentares, certamente a nossa representação, nesta Casa de Leis, será enriquecida. Porque todos aqueles princípios que são analisados nestas reuniões visam a elevação, o aprimoramento do ser humano.

Para a próxima quarta-feira teremos o primeiro almoço, já em efetivo funcionamento normal, do Movimento de Liderança Cristã e apreciaremos contar com a presença de outros Parlamentares para, juntos, meditarmos sobre coisas tão importantes, nos momentos tão difíceis.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Viajou hoje, para o Mato Grosso, a Direção da COTRIGUAÇU, objetivando ultimar entendimentos à solução do problema da gleba de um milhão de hectares na área do Aripuanã, com o Governo do Mato Grosso.

Entretanto, Sr. Presidente, hoje pela manhã, conversando por telefone, com o líder da Bancada do PMDB, naquele Parlamento Estadual, Deputado Márcio Lacerda, esse companheiro nos informava que ao lado de um milhão de hectares, objeto do litígio entre COTRIGUAÇU e o Governo do Mato Grosso, através da CODEMATE, aqueles gestores do negócio público do Governo, encaminharam à Assembléia Legislativa daquele Estado, juntamente com a gleba envolvendo Aripuanã, mais a quantia de 400 mil hectares, totalizando desta forma, hum milhão e quatrocentos mil hectares, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso possa deliberar sobre a alienação dessas terras.

E ao que nos consta, segundo entendimentos telefônicos, com o cooperativismo em Cascavel, COPAVEL e COTRIGUAÇU e também com a Bancada da Oposição, na Assembléia do Mato Grosso, pudemos perceber, Sr. Presidente, que há uma grande preocupação da Bancada oposicionista daquele Estado alertando às possíveis ações prejudiciais ao patrimônio do Estado do Mato Grosso, aos interesses da COTRIGUAÇU e muito provavelmente em benefício de três grupos que lidam na área da especulação imobiliária, do Estado do Mato Grosso.

A exemplo do que fizemos aqui em 1977, quando denunciávamos a compra de um milhão de hectares, de uma forma mirabolante, pela então direção da COTRIGUAÇU, voltamos agora a esta tribuna, Sr. Presidente, a alertas as autoridades deste Estado do Paraná, e também a Direção da COTRIGUAÇU e o sistema cooperativista paranaense, para que façam as gestões de acordo com os princípios éticos da respeitabilidade moral do patrimônio público, resguardando inclusive o possível prejuízo a que estão submetidos trinta mil agricultores do oeste do Paraná.

A nossa preocupação, Sr. Presidente, é que o Governo do Estado do Mato Grosso, poderá, segundo entendimentos telefônicos, com o líder da bancada peemedebista daquele Estado, na Assembléia, poderá estar servindo de escudo para os mesmos problemas que nós levantamos aqui e na CPI do Cooperativismo, juntamente com outros parlamentares desta legenda e de outras legendas partidárias.

A nossa preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é no sentido de que haja um diálogo franco, aberto, das autoridades federais do Governo do Mato Grosso de todos os partidos com assento naquela Assembléia. E também com uma audiência séria, presente, do cooperativismo do oeste do Paraná.

Evitando assim que o Paraná sofra mais este prejuízo e que também a COTRIGUAÇU e o próprio Estado do Mato Grosso, sirvam de instrumento do grande capitalismo que domina o mercado imobiliário do Estado do Mato Grosso.

Fazemos um apelo às autoridades do Estado do Paraná, para que se mantenham alertas. Porque já denunciadas foram outras formas de fazer com que o cooperativismo paranaense, servisse de instrumento de lucro, do capitalismo que está assentado no País e sobretudo no Estado do Mato Grosso.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando usamos a tribuna na semana que passou para comentarmos os acontecimentos referentes a greve dos professores e o aparato policial repressivo que se mantinha aqui, fomos taxados de demagogos e de mentirosos, mas enfim o que tínhamos aconteceu.

Aconteceu, porque, prevaleceu mais uma vez a insensatez e a insensibilidade do General Governador Ney Braga, que fugindo ao diálogo usou da truculência de seu aparato policial para reprimir o movimento pacífico dos professores, os quais nada mais querem que a garantia de salários que lhes garantam viver com honradez e dignidade.

O que se assistiu no último sábado, foi nada mais que o desespero de um governo, que não tendo o respaldo do povo e premido pela unidade de uma classe que se dedica diariamente à formação de nossa juventude, vai a forra, usando da força para garantir sua integridade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a classe ora atingida, e o povo do Paraná, fatalmente responderão, não com a violência, instrumento dos incapazes, não com a repressão, símbolo (dos ditadores) e marca incontestante deste regime, o qual tem seu representante General Ney Braga aqui no Paraná, a classe dos professores e o povo responderão em 1982, lavando assim a sua honra pelos recentes acontecimentos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de, aqui, descrever os acontecimentos do último sábado, para que os Anais desta Casa, sejam o testemunho do que ocorreu.

Às 17:00 horas aproximadamente veio ao acampamento o Delegado Chefe do Dops e manteve com este Deputado, com o Deputado José Tavares e com o ex-Deputado Léo de Almeida Neves, uma conversa, solicitando-lhes para que transmitissemos aos professores ali acampados, que os mesmos tinham 15 minutos para desocuparem aquela via pública, por bem, caso contrário seria usada a força para desalojá-los.

Solicitamos ao mesmo, que dado ao grande número de pessoas idosas e crianças que se achavam no local, nos permitissem que entrássemos em contato com o Sr. Secretário da Segurança, no que recebemos a concordância. Saíram para fazer o contato o Deputado José Tavares e o ex-Deputado Léo de Almeida Neves e antes do retorno dos mesmos, sem respeitar o compromisso assumido o comandante da Polícia Militar no local deu a ordem de "avançar" a sua tropa.

E, nesse momento, todos os que se encontravam no acampamento sentaram-se e começaram a rezar.

Daí para diante as cenas de violência, comuns nessas situações foram presenciadas por este Deputado, com crianças sendo tiradas à força, senhoras empurradas como animais, senhoras idosas sendo carregadas à força, num verdadeiro ato de barbarismo que jamais pensamos que fosse possível acontecer no Estado do Paraná.

Aqui há de se fazer um registro da ação cometida contra uma senhora que se chama "ADELAIDE MATOS GUEDES", a qual pela sua cabeleira deve ter aproximadamente 70 anos, que terminantemente se recusou a deixar o local, e nada menos que 5 (cinco) policiais tiveram que apanhá-la usando a força, produzindo-lhe inclusive escoriações, atestadas pelo Instituto Médico Legal.

Outras cenas dantescas foram presenciadas, como gritos, choros e desmaios, cenas estas que jamais irão sair de nossa memória.

Mas o magistério do Paraná continua em greve, coeso, e os prejuízos nós debitaremos à insensibilidade dos governantes deste Estado.

A história do Paraná escreverá a sua página negra e ninguém poderá apagar suas linhas. Foi-se o acampamento, mas ficou a unidade, a disposição de luta de uma classe ordeira e pacífica, que busca melhores dias para a educação em nosso Estado. E, nós continuaremos, nesta tribuna para denunciar

o Governo deste Estado que em nome da ordem, somente tem enxovalhado e empobrecido o povo.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumimos a tribuna, nesta tarde, para encaminhar à Mesa projeto de nossa autoria que cria o Município de Santa Terezinha, hoje distrito administrativo e judiciário de Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, antes de darmos início a qualquer processo para emancipação de Santa Terezinha, procuramos consultar às lideranças de Foz do Iguaçu e do Distrito de Santa Terezinha. Porque na realidade, muitas e muitas vezes, quando se procura emancipar um distrito, não se estuda os prejuízos que essa emancipação poderá acarretar ao município-mãe.

E tivemos o cuidado, de, através da Assessoria Técnica da FAMEPAR, fazermos um levantamento sócio-econômico do Distrito de Santa Terezinha, de suas possibilidades depois de emancipado, para sobrevivência como município. Isto estamos na prevenção para que este novo município, se aprovado por esta Casa e sancionado por Sua Excelência o Governador Ney Braga, não venha a ser mais um daqueles municípios que estão a sofrer, em nosso País, por falta de recursos para sua própria sobrevivência.

E aproveitamos este momento de encaminhamento para, mais uma vez, apelarmos desta tribuna, que é necessário e urgente, uma reformulação tributária, em nosso País, para que os municípios, na sua arrecadação, fiquem com a parte maior à sua sobrevivência, para que suas administrações não fiquem a perecer, e, na maioria das vezes, esmolar recursos dos Governos Federal e Estadual, para o desenvolvimento de cada um deles.

Mas, mesmo dentro dessas dificuldade, tivemos - como já disse - um levantamento técnico, uma reunião que fizemos também com as principais lideranças. E, entre elas, mais de uma centena, comparecia ao local. E fizemos, naquela oportunidade, uma consulta geral se a maioria, ali presente, desejava ser emancipada ou não.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo desta tribuna, às comissões técnicas que deverão dar parecer sobre a criação deste novo município e, especialmente, a todos os Srs. Deputados, com assento nesta Casa, quer sejam do Partido do Governo, ou das Oposições, fazemos um apelo, em nome daquela comunidade. E já comunicamos que, no próximo dia 14, virá uma comissão daquele futuro município, que integrará o oeste paranaense, para conversar com as lideranças de todos os partidos deste Poder Legislativo.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os professores do Paraná estão respondendo à altura, ao Governo do Paraná, Governo que espanca e seqüestra professoras e estudantes. A violência do último sábado motivou uma reação em cadeia e mais cidades aderiram ao movimento, como Bandeirantes, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Rancho Alegre, Campo Mourão, Peabiru, Mamborê, Palmeira, Urai, Leopoldina e Mariópolis. São aproximadamente 150 municípios.

Em Londrina, participamos, ontem, da assembleia no salão paroquial da Igreja Sagrado Coração. Diariamente são realizados dois encontros: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às

18:00 horas. Mais de 400 professoras participaram. Ontem à noite, mais de 25 entidades de classe responderam ao convite da assembléia e participaram de uma reunião que durou mais de 4 horas. Sindicatos, Associações, Clubes de Serviços, enfim, todos os setores da sociedade se fizeram representar.

Ao final, foi formada uma comissão que ficou encarregada de preparar um abaixo-assinado, além de realizar contatos com outras entidades.

Outra medida: vigília constante no "calçadão", das 7:00 às 23:00 horas.

Pudemos sentir que a repressão do último sábado, autorizada pelo General Ney Braga, formou um sentimento de auto-defesa e de unidade em todo o professorado do Paraná, e o mais importante: o movimento ganhou adesões de outros setores importantes, que até então não haviam se manifestado. Pais de alunos também estão participando, criticando o Governo. A partir do último sábado, o movimento ganhou outro alento além do sentido reivindicatório, pois a agressão passou a ser uma questão de moral à classe.

O Paraná, hoje, é uma só voz contra o Governo do General Ney Braga e contra os "meninos-de-recado" Edson Machado, da Educação e Haroldo Dias, Secretário da Segurança.

O Governo do General Ney Braga é hoje um governo desmoralizado, impotente, insensível e caduco.

Como disse um professor, "O Governador Ney Braga começou sua carreira como Chefe de Polícia e está encerrando-a também como Chefe de Polícia."

O jornalista Ney Gonçalves Dias, num programa de televisão, hoje, comentava irônico: "como é que o Sr. Ney Braga quer ser Presidente da República, se não sabe resolver nem os problemas do seu Estado".

Se os Secretários da Educação e da Segurança tivessem um pouquinho de sensibilidade já deveriam ter deixado o cargo.

O Sr. Edson Machado, com suas seguidas aparições nas redes de TV, tornou-se uma figura ridícula e grotesca.

A propaganda oficial explora rostos de crianças, num apelo barato de mau-caratismo.

É um Secretário desmoralizado, pois até em seu próprio gabinete muitos o chamam pelo apelido, que por sinal não é nada lisonjeiro. Já o Secretário da Segurança, Coronel Haroldo Dias, demonstra todo o seu caráter fascista, ao mandar prender e espancar, sob as mais absurdas justificativas.

Infiltrações é a palavra da moda para os homens palacianos. Mas um dia o prazo vence. E quando vencer, esses incompetentes que tomaram conta do Paraná voltarão ao arquivo do esquecimento, de onde nunca deveriam ter saído.

Pobre Paraná! Que fizeram com você, Paraná? De onde saiu tanta incompetência, tanta desordem, tanta falta de respeito?

O Braganá está agonizando, para felicidade geral de todos os paranaenses.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subestimar a inteligência do povo e de todos aqueles que se opõem ao regime, tem sido a prática comum daqueles que usufruem das ditaduras. Acreditar que a opinião pública aceitará passivamente todas as manipulações do Governo paranaense para voltá-la contra o movimento dos professores é no mínimo, ingenuidade.

Por isso afirmamos que, embora o Governo tente, utilize os meios de comunicação, arrume fantoches para falar em favor do regime, superestime telefonemas ameaçadores feitos a professores considerados pela própria classe como traidores,

será difícil mostrar que há e houve justiça nos seus atos até agora.

E vamos aos fatos:

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desde o dia em que o acampamento dos professores tomou o Centro Cívico, e que um aparato policial se formou em torno inclusive desta Casa de Leis, quantos foram nossos alertas ... quantas foram nossas veementes palavras de protestos ... quanto previmos os acontecimentos deste último sábado, que traumatizaram a sociedade paranaense!

Vimos aqui à tribuna quando o primeiro grupamento de PMs chegou ao Centro Cívico para impedir as manifestações. E protestamos quando até o Parlamento se viu cercado na sua livre atividade de exercício democrático, por nos sentirmos de certa forma acuados pelas centenas de policiais armados que a todos paravam, exigiam identificação ... como se vivêssemos em época de anormalidade institucional.

Ma, naquele momento, se pode compreender de imediato, que realmente não vivíamos momentos de normalidade. Veio nos o entendimento de que o golpe de 64 ainda soltava seus odores no ar. E que a máscara da democracia que se tentava exercitar caíra, naquele momento, mais uma vez. Unia-se às ações violentas repetidas na região do Alto Araguaia, onde posseiros lutam por um pedaço de terra; ligava-se aos milhares que em Salvador, em agosto, repudiaram com violência a carestia da vida e o desemprego; unia-se à perseguição constante e à escuta telefônica, à apreensão de correspondências, publicações. Unia-se a todo o aparato que o regime tão bem preparou para proteger-se de suas contestáveis e condenáveis ações que incluem a entrega do País ao imperialismo.

Nada daquilo que denunciávamos na tribuna, semana passada, podia ser visto ou analisado como ato isolado. Mas fomos chamados de demagogos, de politiquinhos, e outros chavões que nem repetirei aqui por deplorá-los. E também porque os fatos comprovaram o contrário.

E o que aconteceu, Senhores?

Sábado à tarde se transformou no sábado negro do Paraná. O Centro Cívico transmutado em praça de guerra, um front onde, de um lado, se colocavam os mestres e estudantes, representantes de entidades que os apoiavam e parlamentares. E de outro, os defensores do regime, prontos para ações desmedidas, comandadas, de longe, pelos generais.

As armas dos primeiros, exigências salariais, de vida digna, de educação popular, democrática e nacional, e verbas para realizá-las. Do outro, cacetetes, simbolizando todo o aparato que vem por trás na defesa do regime arbitrário.

Dos fatos que se sucederam em plena via pública neste sábado, quase tudo já se sabe. Muitos assistiram ao imenso aparato policial que deu cinco minutos para esvaziamento do local. Muito já sabem que estudantes e pessoas escolhidas a dedo, chamadas pelos nomes pela polícia em plena rua, foram levadas e fichadas como marginais na Divisão de Segurança e Informação da Secretaria da Segurança Pública. Da mesma forma estão sendo tratadas hoje por um jornal desta Capital, entre outros que publicaram uma nota oficial do Secretário Haroldo Dias, explicando as ações repressivas.

Se nos choca a inflexibilidade do Governo, que agora já sente que se não negociar estará cavando sua própria sepultura; se por outro lado nos enche de satisfação ver o regime desvestido de sua fantasia e o movimento dos professores politicamente vitorioso, nos enche de náusea a irresponsabilidade como homens deste Governo trataram e tratam as questões de tamanha seriedade.

E como acompanhamos os atos violentos, por estarmos no local para dar segurança e solidariedade aos mestres em greve, pudemos viver também os bastidores. Por isso pudemos aqui relatar também o que se deu, e a deslealdade com que este Governo negocia e dialoga.

É para fazer isto, podemos até nos ater na nota oficial da Secretaria da Segurança Pública, divulgada hoje nos jornais.

É uma nota longa. Muito espaço se gastou para dar respostas tão inúteis ao povo paranaense. Espaço provavelmente pago com dinheiro do povo, para contra ele se voltar com mentiras, ou meias verdades.

Diz o Coronel Haroldo Dias, em primeiro lugar, que os professores atrapalhavam uma via pública.

Ora, Sr. Secretário, a via pública serve justamente ao povo, já que a este não é dado espaço para discutir seus problemas e exigir seus direitos. É na via pública, em contato com as massas, que o professorado teve que ir buscar apoio. E o está encontrando, sem dúvida.

Para explicar também a truculência das ações policiais contra aqueles que estavam no chamado acampamento no Centro Cívico, o Secretário Coronel Haroldo Dias busca argumentos que ele próprio os derruba.

Ao mesmo tempo que diz ter sido a ação necessária para retirar crianças e mulheres grávidas - aliás filhos de professores e professoras à espera de um filho - manda investir contra eles.

Sabemos que houve violência contra estes. Crianças saíram dali feridas, traumatizadas, e só não foram levadas o IML para evitar problemas maiores de ordem psicológicas, e também por medo da represália que poderia advir no futuro incerto deste País tomado pela violência.

Mas o que ainda não relatei, Senhores, é sobre meus cotatos com as autoridades, durante estes acontecimentos. Minutos antes da chamada operação limpeza ser realizada pela PM e Polícia Civil, solicitáramos um tempo ao Del. Gardel para realizarmos contatos com as autoridades.

E assim o fizemos. Primeiro, contactamos o Secretário Coronel Haroldo Dias. Este nos garantiu que a ordem era superior, e que a ação seria realizada de qualquer forma. Em seguida, falamos com o Presidente desta Casa, que nos informou ser de opinião contrária à violência, mas que aprovava outra: a de isolar os professores com o tempo e cansá-los não dando respostas às suas reivindicações.

Entretanto, Senhores, ao voltarmos para o local, apancadaria estava à toda. E tivemos tempo apenas para levar professores e seus amigos ao IML para esconder lesões. Houve aí, então, não só violência, ao contrário do que afirma o Secretário, mas, houve também, deslealdade. Atitude, aliás, por demais conhecida de nós, que não nos habituamos e nos negamos a aceitá-la.

Não podemos jamais participar de jogo sujo!

E não venha agora o Sr. Secretário eximir o Governador Ney Braga de responsabilidade. Por favor, não! Foi o Secretário da Segurança quem me garantiu: são ordens superiores. E, afinal, quem são estes superiores? Seria o General Comandante da 5a. Região Militar? Seria o General Ney Braga o Governador?

Creio serem os dois. No entanto, não interessa aqui saber de nomes. O que nos interessa agora, é verificar que deste mesmo Governo do qual participam o General Ney Braga, o comandante da 5a. Região Militar, e o Presidente Aureliano Chaves, surgiu a ordem de massacrar para proteger o regime.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje ainda um jornal desta Capital acusa os professores de terroristas. Quebraram não se sabe bem quem - uma vidraça de uma escola. E um telefone anônimo ameaçou a família de um diretor de escola, fura-greve.

Tenta-se voltar a opinião pública contra o magistério e, usa-se os piores expedientes. Acusa o Governo de haver infiltração no movimento. Sim, se há é de povo, que dá seu apoio às ações do magistério em greve. É este povo que hoje leva alimentos, cobertores, colchões, dá dinheiro e apoio aos professores. É esta a infiltração! Diz também o Governo que

não usou arma. O que é o cacete? Um enfeite para farda?

É sempre bom lembrar que este sábado negro, um termo que entrou para a história por lembrar um massacre, foi dia 3 de outubro. Não é preciso ter uma boa memória para recordar: de imediato que esta sempre foi a data das eleições gerais no Brasil. Portanto, um dia do povo, um dia de expressão da vontade popular, quando se escolhia até o Presidente da República.

Mas isto já se transformou, pelo visto, em loas de passado. Um regime que sepulta o direito de greve; que trata os mestres como baderneiros; revela exatamente seu caráter impopular. O caráter daqueles que jamais seriam escolhidos pela sociedade que por eles é hoje comandada.

Assim, fica para nós, Parlamentares e homens de Oposição, todas as tarefas que nos delegaram nossos eleitores em tempos de dura repressão. Tarefas que incluem até a exigência de noções de enfermagem, para fazer transportar aos prontos socorros e IML as vítimas do regime. É a truculência dos donos do poder. Que, como vimos, não muda apenas com um civil na Presidência; pois quem manda, Senhores, são os Generais!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Encerrada a Hora do Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já por diversas vezes estivemos nesta tribuna, para denunciar arbitrariedades, violências, corrupções, roubos, tráfico de influência, contrabando e tantas outras coisas mais que estavam acontecendo em alguns municípios localizados em área de Segurança Nacional.

Inclusive, encontra-se esquecido numa das comissões da Casa, um requerimento que nunca mais retornou a esta Casa, denunciando esse tipo de desgoverno nas áreas de segurança.

Mas, o que nos conforta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que não estivemos sozinhos nessas denúncias. E é bom que se frise, outros Deputados de outros Partidos com assento nesta Casa, também já fizeram com muita veemência e até a nível Federal na Câmara dos Deputados e no Senado as denúncias foram levadas.

Inclusive, encontra-se na Casa já aprovado e requerida uma CPI que dá contas em suas justificativas, da gravidade do assunto que hoje pretendemos abordar.

No entanto, enquanto as medidas cabíveis deste Poder, são arrastadas pelo tempo na morosidade que até se torna cumplice do arbítrio e da injustiça.

Enquanto os interesses de certos comandos políticos procuraram evitar e prejudicar o engajamento efetivo dos Parlamentares para restituir a tranquilidade à comunidade afetada, avolumam-se as vítimas da prepotência de um delegado de polícia e seus propostos, covardemente acobertados por mandos políticos inescrupulosos.

E em Santa Helena, onde os casos de extorsão econômica sob coação física já fizeram vítimas, que nos relatam as mais cruéis formas de tortura e espancamentos. As ameaças e o terror invadiram os lares de modestos agricultores e, se já não bastasse o infortúnio trazido pela Itaipu Binacional e sua precária e vergonhosa indenização, muitos ao receberem da Itaipu, precisam se defender ou se esconder das extorsões praticadas por autoridades policiais daquela localidade.

Mas enganam-se aqueles que ainda alimentam necrófilas esperanças de poderem continuar escondendo, da opinião pública, - e de conhecimento desta Casa, a sanguinária ação policiaesca que se vem praticando em Santa Helena.

Pois se encontra na tribuna de honra, desta Casa, a mais recente vítima do terror que se abateu sobre a população de

Santa Helena e arredores. Está aqui o agricultor Getúlio Correia Soares que veio procurar refúgio e amparo, pois sua vida e de seus filhos estão correndo sério risco. O que ameaça tirar a vida desta família não é a fome que se abate sobre muitas famílias brasileiras, neste País de opressão, mas é exatamente o mais incrível, é a prepotência de auxiliares de um delegado que, a seu mando, lhe querem roubar quatrocentos mil cruzeiros, ameaçando-o de morte caso não pague uma promissória assinada pela força de armas.

O Sr. Getúlio passou muitos dias escondido na casa de vizinhos que o ampararam, sem poder, na condição de viúvo, preparar as suas refeições e dar atenção aos seus três filhos menores de dez anos, sem poder ocupar-se de seu trabalho, de seu gado, sem poder trabalhar em sua lavoura, de onde ele tira o sustento para sua família.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que isto acontece? Porque um auxiliar de Delegado de Polícia, de Santa Helena, o Sr. Luiz Fernando da Silva, vulgo "Fernandinho", estava a sua procura para cobrar-lhe a nota promissória da extorsão.

Havia no entanto notícias de que viria àquela cidade uma comissão de Deputados que para o Sr. Getúlio, que aqui se encontra em sua humilde ilusão, seria sua redenção. Seria sua proteção.

O que o Sr. Getúlio não sabe e deve saber é que há quem sua honra e seu nome empresta para garantir, impune, o terror, desde o mais baixo escalão ao mais alto. Mas a Comissão nem sequer se reuniu para eleger seu Presidente e Relator.

Foi nestas circunstâncias, acobertado pela inação dos que foram investidos de poder, para dar guarida e proteção aos cidadãos, que o preposto "Fernandinho" arrebatou a informação do esconderijo de Getúlio indo à escola, inquerindo seus filhos menores. Ao chegar na casa, onde se guarnecia este humilde agricultor, lá não o encontraram, pois informado da aproximação do "monstro espoliador", Getúlio empreendeu fuga até nossa Capital e chegou a procurar guarida nesta Casa, neste Poder.

Está aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a suplicar, a mendigar, o direito à vida, à segurança, naquelas áreas de insegurança nacional.

O Sr. Edilson Alencar — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O pronunciamento que ora Vossa Excelência faz, é realmente oportuno. Por duas vezes, tivemos a oportunidade de ocupar também esta tribuna, para denunciar o Delegado de Polícia de Santa Helena, Oscar Pacheco dos Santos.

Conhecido não só em Santa Helena, mas em todas as comarcas por onde passara, deixara rastro de incompetência, de corrupto, de desonesto. Inábil para exercer a função de natureza policial. E esta afirmativa não é minha; é do Juiz de Direito da Comarca de Assis Chateaubriand, comarca a qual, fora condenado. Cidadão conhecido por onde passou, como mau caráter. Homem realmente dado a fazer o mal. Cidadão que deveria estar na cadeia, e está a dirigir os destinos policiais de uma comarca como Santa Helena. E nós por várias vezes denunciemos. Denunciamos as irregularidades; e denunciemos com provas documentais, com documentos em mãos. Levamos as irregularidades não somente à esta Casa, mas tivemos o cuidado, para bem da verdade, dirigindo-me juntamente com outro Deputado e digo o nome: Egon Pudell, ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, para levar em mãos os documentos, as provas que tínhamos contra aquele delegado, que está enodoando polícia do Paraná. As nossas vozes, não foram ouvidas. Chegamos a nos convencer de que o Secretário de Segurança do Paraná, o Chefe da Polícia Civil deste Estado, estava se cumpliciando com as irregularidades, com os desmandos cometidos por aquele Delegado de Polícia. A nossa voz ficou nessas quatro paredes. Ninguém mais ouviu; ninguém mais se interessou. Requeremos nesta Casa uma comissão especial de parlamentares, do qual Vossa Excelência é um dos signatários, para

tentar "in loco" esta Assembléia Legislativa, levar até Santa Helena alguns Deputados, para verificar na localidade, as arbitrariedades praticadas pelo Delegado de Polícia, Oscar Pacheco dos Santos. Até agora, essa comissão não se instalou, não se instalou não por nossa falta de interesse, porque nós tivemos de sobra. Convidamos os Parlamentares para comparecer, só os da Oposição, compareceram. E nós estamos à espera de que esta Comissão se instale para que nós possamos ir até Santa Helena, juntamente com outros Deputados, para verificar a realidade e fornecer às autoridades deste Estado, um relato do que acontece.

E tenho certeza de que no final de tudo isso, há um só caminho para Delegado, não há outro caminho, a não ser a cadeia.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte, nobre Deputado. E oxalá que se instale, antes que seja tarde. Antes que vítimas como estas que estão se produzindo, não venham a superlotar talvez até as galerias desta Casa, a procura de socorro.

O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria de continuar no meu raciocínio, e logo em seguida darei o aparte a Vossa Excelência, uma vez que o nosso pronunciamento já está quase ao final.

O que agrava ainda mais a situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o interventor de Santa Helena, pelo que consta, se não presta a cobertura, pelo menos se mantém em silêncio. Mas não tão em silêncio assim. Há poucos dias fez uma peregrinação pelos distritos de Santa Helena, convocando o povo para uma votação. Para votar "sim" ou "não", pela permanência ou não do Delegado.

Vejam os Senhores, alguém que não teve coragem ou não teve que enfrentar as urnas, para ser eleito prefeito, quer eleger com eleições diretas, o delegado. Mas foi mais, creio eu, para poder conseguir argumentos para permanência daquele delegado que deve estar lhe servindo.

E estranho também, por outro lado, a facilidade com que os prepostos do Delegado de Polícia de Santa Helena conseguem acesso a informações do escritório da Itaipu Binacional para selecionar suas vítimas, que na grande maioria são os que foram ou estão para ser indenizados.

O critério da máfia de Santa Helena é muito simples: dar prioridade aos indenizados. Qualquer questúncula que tenha registro na Delegacia de Polícia serve de pretexto para a criminosa prática de extorsão. Assim foi o Sr. Keiser, que foi subtraído em Cr\$ 200.000,00. E os protestos de seu genro, o Sr. Simoneti, lhe custaram costelas quebradas e um testículo rompido em consequência de espancamento recebido pelos presos, a mando do truculento delegado.

Custa-me crer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, haver má vontade ou até intencionalidade de esvaziar pela morosidade a ação vigorosa da CPI que deverá tratar do assunto. Por isso faço um apelo aos Deputados que comigo representam a região oeste para que unidos façamos jus ao nosso mandato, devolvendo ao povo de Santa Helena a paz e a tranquilidade.

Não podemos admitir que um Delegado de Polícia, vinculado a bioncidade do mando político, rasgue a já tão remendada Constituição Brasileira. Não permitimos, digo não admitimos que em solo paranaense se rasgue a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Torna-se imperioso lembrar os preceitos mais elementares dos direitos do homem:

"Art. 3 — Toda pessoa tem direito a vida, a liberdade e a segurança de sua pessoa.

Art. 5 — Ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratos cruéis, inhumanos ou degradantes.

Art. 8 — Toda pessoa tem direito a um recurso efetivo ante os tribunais.

Art. 9 — Ninguém poderá ser arbitrariamente detido, preso e nem desterrado.”

E torna-se imperioso também lembrar aqui um antigo preceito bíblico do investimento da autoridade: “escolha entre os homens do povo alguns que sejam idôneos, tementes a Deus, Ex.: 18,21 íntegros e insubornáveis, para que julguem ao povo”.

Diante do exposto venho finalmente requerer que, por intercessão da Presidência desta augusta Casa, seja solicitado do Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Haroldo Ferreira Dias, um “habeas-corpus” preventivo para que este cidadão possa retornar a Santa Helena e ao seu lar, ocupar-se da paternidade de sua família e responder conforme a lei, se de algum crime esteja acusado. E para tranquilidade dos que duvidam, temos em mãos uma negativa do Cartório do Crime da Comarca de Santa Helena.

Para finalizar cito provérbios 17, versículo 15, que diz: “O que justifica o perverso e o que condena o justo são abomináveis para o Senhor”. E que assim seja.

Obrigado!!!!

O Sr. Werner Wanderer Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, a CPI foi formada, requerida por dois nobres Deputados: Egon Pudell e Edilson Alencar...

O SR. GERNOTE KIRINUS — E este que ora está falando.

O Sr. Werner Wanderer — ... e outros Deputados. Mas, os signatários desta CPI foram Egon Pudell e Edilson Alencar.

O PDS indicou quatro Deputados e os outros partidos, três. CPI de sete pessoas. Então, não procede a alegação de que essa CPI está sendo esvaziada pela morosidade, já que os quatro Deputados da situação, mais Egon Pudell, são quatro e têm a maioria.

Segundo, as alegações de Vossa Excelência dizendo que as alegações de Vossa Excelência, onde detemos a liderança política, está havendo muitas irregularidades, até posso concordar. Estivemos lá a semana passada. Soube o que a Polícia fez lá. Mas, não foi o Delegado de Polícia...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Mas, a mando dele.

O Sr. Werner Wanderer — ... gostaria de dizer, hoje à tarde, a hora que Vossa Excelências quiserem, estarei aguardando que o Membro mais idoso comunique a hora que deveremos instalar a Comissão. Estaremos, aqui, ou em Santa Helena, para apurar essas irregularidades. Se houverem, daremos mão à palmatória e o Delegado sairá de Santa Helena.

Agora, gostaria que essas denúncias fossem provadas.

Vossa Excelência, hoje, está dizendo que o Delegado de Santa Helena é Getúlio Soares, mas eu digo que ele não é o delegado.

Gostaria que a Comissão apurasse isso. E, a partir de hoje, quando Vossa Excelência quiser, com outros Deputados, podemos formar a Comissão e apurar essas irregularidades.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e só gostaria de fazer um pequeno reparo: disse que me custa crer que esteja acontecendo pela morosidade do tempo de instalação, porque ainda não foi instalada e me custa crer que haja acobertamento.

Não afirmei taxativamente. Mas, Vossa Excelência, em bom tempo se acusou.

Gostaria também de agradecer a Vossa Excelência que se dispôs a instalar essa Comissão. Então, após a sessão plenária, ficará até convocada essa Comissão, via urgência do fato, via a testemunha idônea que trazemos à Casa, hoje. E também para que essa testemunha que trouxe, necessita voltar ao seu lar, necessita voltar amparar seus filhos, ainda ontem, uma de suas filhas se aniversariou. E ele não pode estar lá. Tinha que estar escondido nesta Casa. E se não houvesse gravidade maior, se o Delegado realmente fosse delegado, não estaria acompanhado do Sr. Fernandinho e não teria ido na casa deste Senhor, com al-

gemas prontas: para prendê-lo e depois, logo em seguida, fazer a negociata da promissória. Porque sabiam que ele ia receber e ser indenizado pela Itaipu.

Portanto, Sr. Presidente, vou encerrar meu pronunciamento com um provérbio, que, a muito boa hora, nos vem acolher, neste instante:

“O que justifica o perverso e o que condena o justo são abomináveis diante do Senhor”.

Que assim seja, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A sociedade paranaense teve neste 03 de outubro o seu sábado negro. Viu-se, mais uma vez, atingida pela violência, pelo arbítrio, que procura demarcar os limites de sua liberdade de expressão e reivindicação. Os professores, estudantes e cidadãos atingidos pela truculência policial eram, naquele momento, a própria sociedade como um todo vitimada pelo terror imposto pelas tropas governamentais. Era toda a sociedade, suas instituições, incluindo este Parlamento, ofendida em seus direitos básicos. Pois, sabemos, como sempre soubemos, que as tropas do Governo estadual não estão à serviço do povo, da sociedade, nas suas tarefas de manter a segurança de todos os cidadãos. Pelo contrário. O que sabíamos e temíamos, comprovou-se quando as tropas avançaram para atingir os professores, batendo, violentando, prendendo. Demonstrando que se constituem em um fator de insegurança, de temor, para todos os que vivem neste Estado e não estão no poder. Sabemos que a qualquer momento, a polícia poderá investir contra o povo que reivindica, mesmo pacificamente, melhores condições de vida e trabalho.

Nós, do PMDB, sempre identificados com as aspirações sociais, certos de que os interesses populares devem ser entendidos sempre como prioritários, advertimos insistentemente, desta tribuna, para os caminhos que a intransigência do Governo apresentava para a questão. Porque a intransigência sempre se respalda na força, na violência, no arbítrio.

Falou-se na semana que passou, em diálogo de surdos, de mudos. Surda é a intransigência, a intolerância, o arbítrio. Surdos são os que não cedem, os que não ouvem os apelos populares e respondem com o ruído das botas marchando sobre o povo. Surdos são os que não ouvem outra determinação que não sejam as ordens do comando intolerante.

Mais um dia no calendário das lutas populares que ficará marcado em nossa história pela ignomínia dos que pretendem impor sua vontade a toda a sociedade como quem comanda o regimento treinado para agredir o povo ao qual deveria prestar segurança. Este 03 de outubro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não foi um dia de derrota do povo. Se fez a glória efêmera de oficiais sem história, foi resultado da ação de um povo que levou os governantes a retirarem definitivamente sua máscara.

Poderíamos nos questionar qual tem sido a responsabilidade e a participação dos paranaenses na elaboração e execução dos planos que regem seu destino. Quantos têm acesso à educação? Quantos têm respeitado seu direito à verdadeira informação? Quais grupos participam dos benefícios, dos bens econômicos, culturais, sociais etc.? Que parte da população se encontra em miséria extrema e, conseqüentemente, tem estiolada sua liberdade? E que parte da população, complacente com esta situação e que dela se beneficia, degrada a liberdade da ampla maioria?

A resposta a estas perguntas deixaria claro o que já sabemos. Somos um povo farto da injustiça. Por isso, qualquer

movimento específico de uma categoria de trabalhadores, ganha a simpatia e o amplo apoio da sociedade. Porque todos nos identificamos com as mesmas aspirações mais altas. Nós, paranaenses sem armas, sem tropas, queremos amplas liberdades políticas, queremos soluções reais para as nossas necessidades, nossas aspirações.

Este impasse, criado pela intolerância e o hábito da solução policial para os problemas sociais, não se resolverá oferecendo a oportunidade para o exercício das tropas contra o povo. Este impasse, Senhores, não se resolverá enquanto o medo e o terror se constituírem em instrumentos preferenciais do Governo. Sua solução, neste caso dos professores, e na sua amplitude maior, que confronta toda a sociedade e o poder instituído, terá resultado quando se restabelecerem as normalidades nas relações entre Estado e sociedade civil, a democracia nas relações entre Governo e povo.

Este apelo, nós do PMDB, fazemos a todos os Senhores Deputados. Como mais um, talvez, trabalhador para que mais alto se ponham os interesses da democracia, os interesses populares. E esta instituição tem um papel importante a desempenhar nesse sentido. É aquela que, nos quadros atuais, mais representa a população, pois ao menos foi resultado da expressão eleitoral.

Os surdos prejudicados pela intolerância que retomem a faculdade da audição. Que reeduquem os ouvidos submissos e só habituados aos clarins e outros ruídos da caserna. Pois não podemos contribuir para que este Estado se transforma novamente num grande quartel.

Nós, do PMDB, propomos mais uma vez, que a Comissão de Instrução Pública desta Assembléia Legislativa, convoque uma reunião e que sejam convidados os professores e o Senhor Governador para o diálogo. Acreditamos que este Parlamento pode cumprir o seu papel de mediação, para o que basta que as partes não se intimidem ao confronto democrático. É preferível o diálogo entre as partes que a violência para coibi-la.

Se o Senhor Governador está disposto ao diálogo, não se negará a cumprir aquele que seria o seu principal papel. Ouvir o povo que governa e encaminhar as soluções para suas aspirações.

Os professores estão dispostos ao diálogo há muito tempo, não se recusariam, temos certeza. Não foram eles que se recusaram a dialogar e não foram eles que apelaram para a violência que interrompe qualquer conversação em termos democráticos.

Se há disposição democrática do Governo, este Legislativo poderá criar oportunidade para que a demonstre, mas também é preciso que o Governo do Estado crie condições para que a classe do magistério também vá aos meios de comunicações e diga a sua versão, por uma questão ética, moral e de respeitabilidade à coisa pública.

Ou o Governo se propõe a isso, ou ficaremos com a certeza de que ao Governo interessa resolver todas as suas dificuldades pelo confronto, como escolheu no último sábado, negro a memória do Governo, e mais negro na memória dos governados da História do Paraná.

Porque Senhor Presidente, Senhores Deputados, a política, o Estado, a lei, e dentro do Estado, a segurança, foram criados, inventados e mantidos pelo homem e não os inventou para ser demônio ou o seu carrasco.

O Estado, a segurança, a lei, hão de ser aliados, não algozes do povo.

A segurança do Estado, Senhor Presidente, Senhores Deputados não pode ser a insegurança da Nação, e a grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, e a impaciência dos governantes é uma das faces da estupidez.

E de uma vez por todas, Sr. Presidente, que neste Parlamento se faça uma distinção célebre entre ordem e segurança, porque acima de tudo nós entendemos que ordem e segurança também existem como conceitos filosóficos.

Ora Senhor Presidente, o estadista que quer ser estadista, deseja uma ordem injusta, não uma ordem imposta, guarda pretoriana de privilégios. Ora Senhor Presidente, há quem fale em ordem aqui e nos outros países e na repressão e na segurança, mas eu digo também existem ordens e existe segurança nas penitenciárias e até existe ordem e segurança na prisão, mesmo no exíguo espaço de uma solitária, existe ordem e segurança.

Mas esta é a do tirano, esta é a da imposição, esta é a da violência. Ordem e segurança, como entendemos nós, tem um conceito filosófico e ela está ligada à ordem justa e aqui, Sr. Presidente, Senhores Deputados, nós devemos entender que as coisas não estão em seus lugares hoje no Estado do Paraná, porque há desordem. Há desordem quando há discriminações na fome, na doença, no analfabetismo e na situação de um professor. Há desordem quando há uma elitista distribuição de renda. Aqui usaria uma expressão de um grande escritor francês que contemplando os milhões de despossuídos e injustiçados dizia: "O que me espanta é a ordem, não a desordem". Por isso o verdadeiro Governador do Estado, o verdadeiro estadista se antecipa à rua na solução dos problemas sociais, está com a rua, porque até não precisa ir na rua e oxalá o Governo do Estado do Paraná, assuma o pecado que cometeu, sinta o erro que praticou e resolva efetivamente o diálogo que passa por este Parlamento e que necessita os professores hoje irem aos meios de comunicação, que a classe precisa ir para também dar a sua versão para mostrar o seu lado, dizer a quantas andam as coisas, porque aí nós teríamos um pouco de ordem, um pouco de segurança, a não a do tirano, mas aquela que está inserida no princípio democrático. Por isso Senhor Presidente, a violência é estúpida, inútil, imbecil, porque, impedir brasileiros pacíficos, paranaenses cordiais, professores de grande ofício, como é o magistério, exercitando o que exercitaram, é na verdade, impedir isso. Ferir a Carta Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário e o Governo do Estado sabe e deve conhecer e respeitar. O verdadeiro estadista, o verdadeiro Governador, termino, Sr. Presidente, se antecipa à rua e evita o confronto."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação a presença nesse plenário do Sr. José Gomes Qualhado, Prefeito Municipal de Marialva, e concede a palavra em nome da Liderança do PTB, ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendemos que quando uma classe profissional se sente ferida em seus direitos e em seus interesses, é lícito que esta classe profissional reaja. Apelando para os instrumentos de luta de que dispõe.

No caso específico do professorado paranaense, a classe através de duas entidades representativas, utilizou todos os recursos administrativos, a fim de sensibilizar o Governo para as suas reivindicações, inclusive, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no que diz respeito ao piso salarial. Ocorre entretanto, que o Governo como sempre, continuou insensível ao movimento. E, a classe do magistério, talvez, em desespero de causa, teve de apelar para o recurso extremo da greve.

As autoridades do ensino não se comoveram, repito, e as autoridades do ensino, aqueles responsáveis por isto, não se comoveram e ao contrário, cuidaram de sufocar a voz do professorado. Os grevistas resolveram acampar no Centro Cívico, no duplo intuito de pressionar o Governo e de bem informar o povo. O que foi amplamente alcançado. Porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o atual Governo ainda com resquícios do regime de exceção, quando o arbítrio e a violência oficiais eram o método habitual de ação, tratou de intimidar os professores. De um lado ao decretar o recesso escolar, para minimiza-

ção do movimento e de outro lado, ao enviar contingentes da Polícia Militar, para impedimento de acamparem os grevistas no Centro Cívico. O meu partido o qual represento sozinho nesta Assembléia, o Partido Trabalhista Brasileiro, esteve e está, Sr. Presidente, ao lado do honrado e sacrificado magistério paranaense desde o primeiro dia. Apóia "intotum" as suas reivindicações, justo considerá-las, justas.

E, por esse motivo, não esconde a sua viva indignação diante das injustiças e dos atos de violências praticados contra os professores acampados.

Policiais, civis e militares, se concentraram no Centro Cívico.

Desacataram, insultaram covardemente homens, mulheres e crianças indefesas, e acabaram por prender os mais destacados líderes da greve que foram recolhidos à Delegacia de Ordem Política e Social, como se o DOPS pudesse ser algum órgão de intermediação à prática de justiça.

Não podemos admitir que professoras idosas tivessem sido arrastadas nas ruas pelos cabelos, sob uma saraivada de palavrões, como não podemos admitir que aquelas que nos ensinaram as primeiras letras e que estão agora ensinando aos nossos filhos, sejam equiparadas a marginais e levadas a uma Delegacia de Polícia.

O povo paranaense está possuído de justa revolta e o meu Partido se torna, como os demais da Oposição, o seu fiel intérprete.

Ao recriminar o Governo pelos abusos praticados, entendemos que a professora é considerada por nós como uma segunda mãe, ofendê-la é ofender a família paranaense. Desrespeitá-la, é desmoralizar o ensino no Paraná. O que constitui uma aberração.

Quando o Major Ney Braga, atual Governador deste Estado, veio a governá-lo exatamente depois de ter deixado o Ministério da Educação e Cultura. Pergunto ao povo do Paraná, que cultura e que educação tem este Governador?

Porém, como este Brasil é a terra dos paradoxos, graças à conduta de nossos homens públicos não é de admirar-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tenhamos chegado a este ponto de decadência, de desmoralização.

Encerro, em função de tudo o que aqui já se disse. O meu Partido sozinho, é verdade, nesta Casa, protesta e continua firme ao lado daqueles que reivindicam o que é justo, ao lado dos professores de nossa terra.

O Sr. José Tavares — Concede-me um aparte? (Assentimento).

Apenas para cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento brilhante que faz e, ao mesmo tempo, dizer que somente aqueles que estiveram naquela hora e naquele momento em que a Polícia, - segundo o próprio Secretário da Segurança, a mando do Governador Ney Braga, violentamente, inexplicavelmente, agrediu - como disse Vossa Excelência, a consciência do povo do Paraná.

Somente quem viu, quem assistiu, quem testemunhou os fatos, nobre Deputado, é que pode avaliar o quanto chocantes lamentáveis foram as cenas praticadas pela força repressiva comandada pelo General Ney Braga.

Realmente lamentável.

Crianças brincando e perambulando pela rua, mães conversando com amigas, homens dialogando entre si, foram inesperadamente, covardemente, eu diria até, atingidos por uma ação como que normalmente a polícia usa para prender marginais.

A classe política, nós Deputados, este Poder, deve, no meu entendimento, deve se encontrar de luto por tudo quanto nós assistimos com estes olhos, neste dia 13 de outubro, data em que no passado neste País se exercitou a Democracia, elegendo livremente, desde o vereador, até o Presidente da República.

outubro. Tenho, Srs. Deputados, a certeza de que neste dia, não me lembrarei tão somente dos meus 7, 8 anos de idade, quando se praticava a Democracia neste País. Lembrar-me-ei, sim, para o resto da minha vida, vendo, trazendo no meu semblante e na minha mente, senhoras de idade, como a Professora Adelaide Mattos Guedes, que tive que levar em meu automóvel ao Instituto Médico Legal para submeter-se a exames de lesões corporais.

Lembraremos sim, crianças da idade do meu filho, do seu e de muitos pais aqui presentes, sendo agredidas, retiradas na marra, da proteção de suas mães e dos seus pais que por ali estavam. Isto sim, será uma cena que jamais será apagada da minha mente e dos quantos ali estiveram, infelizmente, para assistir tão degradante cena, praticada por forças policiais, que deveriam, isto sim, estar nas ruas e nos bairros, combatendo o elevado índice de criminalidade.

E estavam ali a reprimir, ofender e atingir professores e mestres, que deveriam receber de nós o mais elevado respeito.

Vossa Excelência está de parabéns.

E este Poder terá talvez a sua grande oportunidade, nobre Deputado, de se redimir do erro, da omissão que tem cometido, inexplicavelmente. Está na hora deste Poder retomar sua verdadeira posição e não permitir que policiais não só ofendam e agredam professores, mas também venham a ofender e agredir até Deputados.

Este Deputado e o Deputado Darcy Deitos foram arrancados da praça pública, como se arrancam marginais de qualquer lugar.

Isto não é possível, nobre Deputado. Infelizmente, antes que aquilo acontecesse, tivemos a iluminação de telefonar para o Presidente João Mansur, solicitando de Sua Excelência que viesse até o local e que intercedesse, na qualidade de Presidente deste Poder, porque nós ali, em dois Deputados, estávamos sentindo não só humilhados por tudo aquilo que vimos e presenciamos, mas também atingidos, porque representávamos uma parcela significativa do povo do Paraná.

É a hora de o Poder se redimir, se é que ele quer. Vossa Excelência está de parabéns.

Obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado José Tavares, quero agradecer a sua participação nesta tarde em que ocupo a tribuna, quando nos referimos sobre o problema dos professores do Paraná.

E parece até que estou vendo, como sei que acontece diversas vezes, talvez o Governador Ney Braga a dizer: — "Fizeram isto com as minhas professoras?" Como se ele não tivesse feito como delegado de polícia, como Chefe da Chefatura de Polícia?

Começou como um mau chefe e terminou muito pior.

Entendo que o Sr. Ney Braga, quando Chefe de Polícia — e o Paraná todo sabe —, fazia as barbaridades. E o seu fim aí está, meus caros Deputados. Terminando como um péssimo chefe de um Estado. E pior ainda, como se fora um pior chefe de polícia.

O Sr. Edilson Alencar — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa que Vossa Excelência tem um minuto para terminar sua oração.

O Sr. Edilson Alencar — Juntando nossa voz de protesto generalizado contra as deprimentes cenas de sábado último, no Centro Cívico.

Denunciamos também, o despotismo do malogrado ocupante do Palácio Iguazu. E responsabilizamo-lo pelo crime de subversão e de caos, hoje existente no campo do ensino em

nosso Estado.

Ao invés de atender reivindicações, o Governo do Paraná manda prender os que reivindicam, fome e cadeia, em lugar de dedicação do exercício do Magistério.

Era este o nosso aparte.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, devo, inicialmente, comunicar que o horário destinado à Liderança do Partido Popular, deverá ser utilizado pelo eminente Deputado Edilson Alencar, que já tinha reserva de horário.

Todavia, com a aquiescência de Vossa Excelência, vamos ao menos fazer um registro desta tribuna, a propósito dos lamentáveis fatos ocorridos no último sábado, em nossa Capital, só serviram para transmitir para fora de nossos limites estaduais, a pior imagem.

Todos fomos surpreendidos com a decisão de expulsar os professores do acampamento que haviam montado, mesmo com a proibição do uso de barracas.

Foi permitida a chegada deles.

Foi permitido que se mantivessem unidos.

Proibiu-se, contudo, que pudessem armar qualquer barraca nas proximidades do Palácio Iguaçu.

Ninguém acreditava que o professor, na luta por sua causa, fosse capaz de resistir ao frio, às intempéries e a tantas dificuldades. Dormindo ao relento, os professores mostraram muito mais garra do que pretendeu admitir o Governo.

Havia um movimento pacífico, ordeiro.

Pude sentir junto aos professores o ânimo pela causa, como pude sentir o apoio que recebiam do povo que ali comparecia — inclusive para levar-lhes alimentação. A reunião naquele local foi aceita e avalizada pelo Governo. Prova que foi aceita, que dali mesmo — daquele acampamento sem barracas — saiu uma comissão que foi recebida em Palácio. A Polícia Militar sempre esteve cercando o local, dialogando com os professores e sentindo o drama dos mesmos. Na quinta-feira à noite, numa reunião que fizemos juntamente com os Deputados Tavares, Nelson, Nestor, e Fiori, tentamos num contato telefônico e demorado com o Secretário de Segurança, pelo menos amenizar o sofrimento das senhoras mais idosas. Que permitisse pelo menos que mantesse uma barraca. Nada foi possível, pois o Secretário chegou a admitir que as senhoras idosas e grávidas estavam servindo de instrumento para o movimento.

São assim as respostas dos homens que dizem que tem coragem.

No sábado o desfecho inesperado. Brutal, ninguém pode negá-lo. Triste sob todos os aspectos. Creio mesmo que não precisaríamos vir abordar o assunto, pois a família paranaense já está fazendo o seu julgamento. De nada vão adiantar os dispendiosas e caras propagandas do Governo Ney Braga para tentar minimizar o problema.

Quero desta tribuna trazer a palavra do Partido Popular, contrária à medida dessa natureza, num apoio e solidariedade não só aos professores, mas à família paranaense, pois o professor é parte muito importante da família de cada um de nós. É os votos que fazemos é de que o Governo admita o diálogo sem cassetetes, sem policiais e sem cães amestrados.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Nos dez minutos restantes, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto os professores da rede estadual reivindicam melhoria salarial — o que tem a nossa total solidariedade e do Partido Popular — os pacatos professores do Município de Terra Rica querem, ao menos, receber seus vencimentos, que já se encontram oito meses em atraso.

“A população de Terra Rica está vivendo momentos de intensa exaltação, em decorrência de irregularidades que, no setor do ensino municipal, estão ali ocorrendo.

A Constituição Federal e a Constituição do Paraná estabelecem, com muita clareza, a responsabilidade dos Municípios quanto à organização e à manutenção do ensino primário. De mostram sua preocupação na alfabetização da infância brasileira, a fim de que as crianças de hoje possam ser cidadãos presentes da Pátria.

Mas, o Prefeito Newton Galdino se mostra ignorante dessas disposições constitucionais, e, por negligência e impatriotismo, levou à ruína o ensino fundamental no Município de Terra Rica. Isso porque desvia, para outros fins, verbas destinadas à instrução pública, sem que o mínimo sinal de remorso perturbe sua consciência, quando tais verbas deveriam ser rigorosamente aplicadas aos fins a que se destinam.

Cada município recebe uma quota do Fundo de Participação, advinda da União, e, dessa quota, o prefeito tem a obrigação de aplicar, no ensino, o mínimo de vinte por cento.

A Constituição do Paraná obriga, por sua vez, a aplicação de, também, no mínimo vinte por cento, da arrecadação municipal em construção de escolas e em pagamento de professores.

O Prefeito de Terra Rica não se importa com esse importante setor, tanto que abandonou-o de vez, sem perturbar-se com o drama vivido pelo professorado municipal e pelos pais dos numerosos alunos de todo o município.

A incúria e o desinteresse estão provados com o indesculpável e desumano atraso no pagamento das professoras municipais. Nada menos de oito meses são decorridos desde a última vez que as professoras receberam os seus vencimentos. A prejudicada classe entrou em contato com o Prefeito Newton Galdino, e expôs-lhe as dificuldades que enfrenta, relatando-lhe os compromissos de aluguel, de alimentação, de vestuário e de transporte de cada professora. O homem se mostrou surdo às sucessivas exposições e aos sucessivos apelos, para a regularização da situação aflitiva.

As professoras de Terra Rica chegaram à exaustão. Endividaram-se, e perderam o crédito, por não poderem saldar suas dívidas. A sua reabilitação só ocorreria se a Prefeitura lhes pagasse o que lhes deve. Estão vivendo elas, em virtude do insuportável atraso, momentos de angústia e de desespero, por não conseguirem comover o prefeito e relapso caloteiro.

Como medida extrema, as professoras de Terra Rica entraram em greve, e em greve irão permanecer enquanto a Prefeitura não lhes pagar os vencimentos atrasados há oito meses.

Tão justa a atitude tomada, que o professorado de Terra Rica tem o apoio quase unânime da população do município. A revolta é geral contra o Prefeito Newton Galdino, por ter desviado as verbas, destinadas ao ensino, para outros fins, não previstos.

A revolta popular se estende à maioria da Câmara dos Vereadores, que, por pertencer ao PDS, fecha os olhos, criminosamente, aos desmandos administrativos do prefeito.

A situação de Terra Rica se tornou, pois crítica. Estão dizendo, por lá, que a terra é rica, mas que o professorado está cada vez mais pobre.

Uma professora percebe, no máximo, oito mil cruzeiros de vencimentos mensais. Se ela se submete a esse salário de fome é porque dele muito precisa. E, ao não recebê-lo, apesar de sua insignificância, a professora passa a sofrer dificuldades e vexames de toda ordem.

A população está compreendendo o drama, e se colocou

ao lado das professoras municipais. Os Vereadores oposicionistas estão fazendo sucessivas denúncias sobre as irregularidades administrativas, mas a maioria governista tudo abafa, e tudo esconde.

O Prefeito Newton Galdino e os que na Câmara Municipal, estão se acumpliciando com os seus atos arbitrários, fingem ignorar que o Decreto Federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, sobre crimes de responsabilidade, reza, em seu artigo 1.º:

"Art. 1º — São crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores:

.....
III — desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas".

Eles fingem ignorar que a Constituição do Paraná, em seu artigo 118, estabelece as condições de intervenção do Estado no Município, estando entre elas a não aplicação de verbas no ensino fundamental. Para refrescamento de sua memória, transcrevemos o que diz, a respeito nossa Carta Magna:

"Art. 118 — O Estado somente intervirá nos Municípios quando:

.....
VI — não tiver havido aplicação, no ensino fundamental, de 20% pelo menos da receita tributária municipal".

O chefe do executivo de Terra Rica se julga imune. A verdade, contudo, é que poderá ser processado e condenado. As penas não são apenas de caráter monetário, e, sim, também, implicam em prisão celular, com perda de mandato.

Esta, a séria denúncia que tínhamos a fazer. O ensino fundamental não pode desmoronar em Terra Rica, por negligência e incompetência do seu prefeito. Milhares de crianças não podem ser prejudicadas em sua instrução, por ser caloteira, em relação às professoras, a Prefeitura Municipal de Terra Rica.

Esperamos que a nossa denúncia encontre guarida no Tribunal de Contas do Estado, para que, por ocasião da prestação de contas do Prefeito Newton Galdino, relativamente ao exercício financeiro de 1981, sejam apuradas as irregularidades mencionadas, e caracterizado o descumprimento do estatuído pela Constituição Federal, pela Constituição do Paraná e pelo Decreto Federal 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Se perdurar a situação anômala e esdrúxula, outro recurso não restará ao seu valoroso povo do que pedir a intervenção do Estado no Município de Terra Rica, com o afastamento imediato do relapso prefeito.

O Sr. Wilson Fortes — Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

Nobre Deputado Edilson Alencar, em que pese o respeito e admiração que tenho por Vossa Excelência e os demais Deputados que usaram a tribuna na tarde de hoje, Deputado Daros, Deputado Dácio Leonel, não iremos abordar em especial, sobre o problema de Terra Rica, pois o Deputado de Terra Rica, nosso amigo Basílio não nos autorizou para isso.

Mas conhecemos bem o prefeito, é um homem humilde, lutador, com grande liderança que tudo tem feito para o engrandecimento do seu município e da sua gente. Sei das dificuldades que ele passa como de resto passam quase todos os prefeitos do Estado do Paraná.

Mas queremos abordar aqui o problema da greve, nobre Deputado, e ninguém é contra as reivindicações justas dos professores, pena que no Governo anterior não se tenha posto em execução, o Estatuto do Magistério, muita coisa poderia ter sido evitada.

Mas com referência à greve, analiso o que pude ver e analisar com um pouco de profundidade. O movimento que foi feito aqui, perto da prefeitura, onde foram detidas 22 pessoas, das quais 13 nem sequer pertencem à classe dos professores e um deles, inclusive, subversivo, comunista confesso, já foi preso em Apucarana, mandado de prisão, um dos homens que liderava

o movimento ali em frente da Prefeitura, Narciso Pires de Oliveira e analiso por Paranavaí; de Paranavaí vieram alguns professores para Curitiba, na sua maioria todos eles merecem o nosso respeito, mas quem veio liderando? Veio liderando um moço que é da minha cidade natal, de Jacarezinho e que mora muitos anos em Paranavaí. Dois padrões, recebendo setenta mil contos por mês. Há mais de ano, não dá aula. Chama-se Manoel de Lima. Professor com dois padrões de Educação Física. Quando assumi a liderança política de Paranavaí, ele estava encostado na Inspeção de Ensino. O novo inspetor quis colocá-lo para dar aula, ele pediu licença prêmio e assim faz um ano que não dá aula e é o homem que veio de Paranavaí, liderando a greve.

Então acredito que os professores muito embora reivindicarem de uma maneira objetiva e correta, deveriam confiar um pouquinho mais no Governador Ney Braga, que já sensível a todos os problemas do Paraná e em especial aos servidores públicos e em especial mais ainda, do professor paranaense. Desde o primeiro mandato do Governador Ney Braga ele sempre procurou beneficiar o servidor público e em especial, o professor. Desde o primeiro dia do seu atual Governo, ele tem procurado atender com carinho, com zelo o problema do professorado do nosso Estado.

Então, creio que esta classe que merece o nosso respeito e a nossa admiração, devia confiar um pouco mais no Governo do Estado, Governo esse que já deu prova da sua capacidade, da sua sensibilidade para os problemas dos professores e dar um voto de confiança ao Governo Ney Braga. Agora, Deputado, com baderna, não se resolve nada.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador, que está encerrado o horário que tinha para ocupar a tribuna.

Em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso, que tem cinco minutos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Edilson Alencar, que representa, que tem participação também na representação política do Município de Terra Rica, traz hoje à Casa, denúncia contra o Sr. Prefeito Municipal daquela cidade, particularmente no que diz respeito ao pagamento dos professores municipais.

Quero informar Sr. Deputado e para informação também de toda esta Casa, que o Prefeito Newton Galdino, não é incompetente, tão pouco irresponsável. Aquela prefeitura com muito sacrifício, ainda mantém cerca de 90 professores municipais que a grande maioria trabalha em escolas do Estado.

É certo que os professores não têm o seu vencimento regularmente pago. Concorro com a afirmação de que a prefeitura está em atraso em relação há alguns meses, mas não posso precisar quantos sejam, mas, ainda ontem, o Sr. Prefeito Municipal me telefonara, pedindo a minha intercessão junto aos órgãos do Governo, e, particularmente, junto ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de se obter algum empréstimo, algum adiantamento de seu ICM, inclusive.

Devo dizer, que aquele município de vasta extensão territorial, lá localizado no Noroeste do Paraná, suas terras propícias à erosão, sofrera aquele município no mês de janeiro fortes chuvas, que, nesse mesmo mês, teve todas suas pontes e bueiros levados pela correnteza das águas. E a reconstrução dessas pontes, a reconstrução das estradas, importou em despesas superiores a 13 e 14 milhões de cruzeiros, que foi impossível à administração municipal com os poucos recursos, equilibrar a sua situação econômica. Daí para cá, vem o Sr. Prefeito Newton Galdino, atendendo às exigências mínimas dos serviços de obrigação do município, atendendo a sua comunidade no transporte, na educação, na comunicação, na saúde, em tudo. Mas, foi até agora impossível, repito, a organização da economia do município.

Nós fizemos através da Secretaria de Segurança, um levantamento daqueles prejuízos decorrentes das chuvas que me refe-

Curitiba, terça, 06/10/81.

ri foi montado processo, o pessoal aqui da Coordenadoria de Defesa Civil da mesma Secretaria, esteve por mais de uma vez naquele município fazendo relatório ao Ministério do Interior e a declarando, àquelas pessoas técnicas que foram para lá, declarando que aquelas despesas iam além da casa de 12, 13 milhões de cruzeiros, mas, infelizmente, os recursos de fundo perdido que o Município de Terra Rica pleiteou e mais 69 municípios do Paraná, este processo está nas gavetas em Brasília, não sei de quem.

Mas aos municípios não foram carreados recursos outros, senão de um milhão e meio de cruzeiros, destinados da Secretaria de Planejamento por ordem do Sr. Governador.

Portanto, quero aqui Sr. Deputado Edilson Alencar, reconhecendo que Vossa Excelência está no desempenho de seu mandato e o que o faz com o brilhantismo de sempre. Mas, a minha presença aqui é dizer, que Terra Rica sofreu de fato e é público e notório. Inclusive Vossa Excelência deve saber do que lá ocorreu. Essas chuvas, repito, tornaram impossível à administração de Newton Galdino, conseguir o equilíbrio despesa e receita. E agora ele está procurando, batendo às portas de bancos inclusive, de órgãos e organismos do Estado para conseguir recursos para regularizar, por em dia, o vencimento dos professores que realmente, — concordo —, inclusive funcionários outros, estão em atraso.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Bom administrador, Prefeito pela segunda vez, além de bom político, bom administrador, as declarações, as afirmações do Deputado Edilson Alencar, respeitosamente, não condizem com a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é evidente que a minha bancada, o Partido Democrático Social, é formado de Deputados que têm uma família, mães, pais, filhos, tiveram uma formação escolar maior ou menor, tiveram mestres e, por certo, reverenciam, com o maior respeito, a figura da professora, do professor. Especialmente aquela já mais envelhecida, e que, por certo, dezenas, centenas e milhares de pessoas passaram por suas mãos e, através de suas luzes, tiveram um porvir melhor.

É evidente que repudiamos qualquer ato de violência, especialmente praticado contra criança, contra mulher, contra indefeso. Mas também é verdade que repudiamos aqueles que usam do oportunismo de bandeiras legítimas para se esconderem, para usarem de seus objetivos não meritórios e possam, desta forma, usar da bandeira da velhinha, da mulher grávida, da criança indefesa, para atingir objetivos que a nenhum de nós interessam.

É bom lembrar nesta Assembléia, nesta tarde, o problema Rio Centro, em que a Nação se colocou diante de um confronto, diante de um impasse e que a classe política brasileira, toda ela, querendo, exigindo, ansiando, rezando, por um País democrático, achou melhor se calar, para que o processo de abertura evoluia, para que possamos chegar, talvez aos trancos e barrancos, às redentoras eleições do próximo ano; para que este País volte a trilhar o caminho da Democracia, para que possamos eleger a todos os níveis, homens e mulheres, nos nossos representantes, pelo voto direto e universal.

Mas Sr. Presidente, ouvi hoje de manhã uma definição de Polícia que chega a ser simplista demais, mas é profundamente verdadeira: Polícia é Polícia. Não podemos pretender que os homens que compõem a gloriosa e laboriosa força policial do Paraná, numa missão policial, não sejam policiais. Talvez tenha havi-

so alguns excessos, de fatos houveram.

Confio e acredito, tem que ser pública a palavra de um Deputado Estadual, seja de que partido for. Mas soubemos e sabemos também que todos os policiais estavam desarmados, que as policiais femininas foram na frente em um cordão e que realmente dezenas de pessoas que ali estavam, algumas delas recalcitrantes, não quiseram sair do meio da rua, da via pública e foram carregadas para fora da via pública.

Mas, Sr. Presidente, não quero aqui desta tribuna e nunca tive a intenção de fazer a defesa da Polícia Militar ou do Governo do Estado, apesar de ser amigo pessoal e homem do Governador do Estado, Ney Braga, nesta Assembléia.

Mas, foram também, dentre aquelas prisões feitas, 22 ou 23 prisões, por resistirem ao ato de autoridade policial, dezenas, ou mais de uma dezena, não pertenciam à classe dos professores.

Os guardas foram cuspidos, foram arranhados, foram provocados, Sr. Presidente. Então nós temos que ver realmente o outro lado da medalha. Nós temos que analisar a coisa sem emocionalismo. Porque nós hoje, queremos propor nesta Assembléia, talvez seguindo o exemplo edificante do líder do PMDB, o Deputado Nilton Friedrich, propor o diálogo. Não adianta ficarmos fazendo circo, em cima de criancinhas e mulher grávida. Porque esta não é a verdade.

Temos dado nesta Assembléia, através do voto da bancada do PDS, inúmeros benefícios às professoras e à classe funcional do Estado do Paraná.

E nós fomos, Sr. Presidente, na última Sessão, quando votávamos mais um benefício à classe dos professores, vaiados pelas galerias, Sr. Presidente, porque nós estávamos dando alguma coisa.

E eu me lembro que naquela ocasião, o Deputado ao meu lado dizia: dá vontade de votar contra. Porque nós estamos ajudando e estamos recebendo em troca o mal agradecimento. Afinal de contas, Sr. Presidente, nós sabemos que as reivindicações são infinitas.

Mas o Orçamento Estadual, o Imposto que o povo paga que cada um de nós pagamos, é finito. O Governador Ney Braga já concedeu ao funcionário do Paraná, dezenas de milhares de benefícios desde o seu primeiro governo. E isto é um fato que está nos Anais da História do Paraná.

Não posso aceitar que venham Deputados agora nesta Assembléia, querer tentar apenas denegrir a imagem de Ney Braga, do homem público do Paraná que dedicou grande parte da sua vida ao bem estar do povo deste Estado.

Portanto, Sr. Presidente, sem nenhuma intenção de querer dizer que os professores estão certos ou errados, porque acho que a reivindicação é justa; a reivindicação é séria. Mas o que nós queremos apelar, aos Líderes da classe do magistério do Paraná, aos legítimos líderes, queremos apelar para que eles voltem ao diálogo que nunca foi fechado pelo Governo.

É uma mentira que se fala nesta Assembléia.

Ainda ontem à noite, o Sr. Secretário da Educação e Cultura recebeu em sua casa, o Presidente da PP, com quem discutiu por horas, uma saída honrosa para esta greve que já se arrasta por mais de 20 dias.

Portanto, este diálogo encerrado, nunca o foi, Sr. Presidente, porque o Governador Ney Braga nunca se negou em receber no Palácio ou em sua Casa, nenhuma voz, nenhum elemento nenhuma comissão de professores do Paraná.

Acontece que nós temos visto, Sr. Presidente, que quando se concede o que é possível se conceder, voltam alguns líderes — do magistério — a reivindicar ainda mais coisas que momentaneamente seriam impossíveis de ser concedidas.

O Sr. Nilton Friedrich — Como a lista tríplice, não é Deputado?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Como a lista tríplice.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O Sr. Erondy Silvério — Lamento interromper, mas também, a exemplo de Vossa Excelência, acredito nas palavras dos Srs. Deputados da Oposição, que acusaram a polícia de violência, de ter ferido, até com certa gravidade, algumas pessoas.

Gostaria — já que Vossa Excelência é vice-Líder, que requeresse a constituição de uma Comissão de Deputados para ir aos hospitais, fazer uma visita àquelas pessoas que devem estar hospitalizadas, a fim de que possamos fazer uma avaliação correta do que realmente houve, porque eu também, pessoalmente, repudio a violência.

(interrupções vindas do plenário)

Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que me assegure a palavra, porque, quando eles falaram, ninguém interrompeu.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do nobre Deputado Darcy Deitos, que respeite o orador que está com a palavra.

O Sr. Erondy Silvério — Então iríamos aos hospitais fazer uma visita àquelas pessoas enfermas; levar a nossa solidariedade, para então sim, repudiarmos por unanimidade, a violência policial.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, repito mais uma vez, que lamentamos profundamente, se alguma violência a mais houve na operação em que tirou alguns professores que atrapalhavam a via pública que dá acesso a esse Centro Cívico. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal, 41 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 72/81, (Mens. Govern. nº 90/81), que concede aumento de vencimento e abono provisório aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão do Serviço Público Civil dos integrantes da Polícia Militar e respectivo pessoal inativo do Estado, conforme especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 72/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam aumentados em 30% (trinta por cento) a partir de 01 de outubro de 1981, a título de antecipação parcial da majoração de vencimentos a ser concedida com início de vigência em 01 de janeiro de 1982, não se aplicando as disposições deste artigo aos cargos constantes das Tabelas I, II e III do Anexo II da Lei nº 7398, de 25 de novembro de 1980.

§ 1.º — Com relação ao cargo de Delegado de Polícia de 1.ª Classe, o percentual de aumento incidirá sobre o vencimento básico fixado no artigo 2.º da Lei Complementar nº 10, de 29 de dezembro de 1980, aplicando-se-lhes as demais regras neles estabelecidas.

§ 2.º — o percentual de aumento concedido no "caput" deste artigo incidirá sobre o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado, fixado no artigo 2.º da Lei nº 7434, de 29 de dezembro de 1980, aplicando-se-lhes as demais regras nele estabelecidas.

Art. 2.º — O valor unitário do salário família atribuído ao funcionalismo estadual, fica fixado em Cr\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no artigo 3.º da Lei 7398, de 25 de novembro de 1980, fica fixado em Cr\$ 4.770,00 (quatro mil, setecentos e setenta cruzeiros).

Art. 4.º — O valor da gratificação de regência de classe, de que trata o artigo 10 da Lei 7099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em Cr\$ 76,00 (setenta e seis cruzeiros).

Art. 5.º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis 6569, de 25 de junho de 1974; 6593, de 15 de agosto de 1974; 6641, de 04 de dezembro de 1974; 6787, de 31 de maio de 1976 e 7066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei aos vencimentos dos cargos efetivos.

Art. 6.º — Aos funcionários civis e militares, exceto aos ocupantes dos cargos constantes das Tabelas I, II e III do Anexo II da Lei 7398, de 25 de novembro de 1980, fica concedido um abono provisório a ser pago nos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano, de valor equivalente a 13% (treze por cento) do vencimento ou soldo, limitada a base de cálculo ao máximo de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

§ 1.º — Respeitado o limite de base de cálculo referido neste artigo, para os integrantes da Polícia Militar do Estado em atividade, o abono será calculado sobre a soma do soldo básico e a gratificação policial militar especial, e, para os funcionários do Quadro Especial da Coordenação da Receita do Estado, calcular-se-á sobre a soma do vencimento básico e a vantagem de que trata o artigo 89 inciso III, da Lei 7051, de 04 de dezembro de 1978.

§ 2.º — O abono de que trata este artigo poderá ser convertido em vencimento ou soldo, no todo ou em parte, para cumprimento do disposto no artigo 78 da Constituição Estadual, no caso de majoração do salário-mínimo no corrente exercício.

Art. 7.º — Os vencimentos dos cargos de Professor do Quadro Próprio do Magistério, Classe A, nível 1, ficam fixados em Cr\$... 16.930,00 (dezesesseis mil, novecentos e trinta cruzeiros), não se lhes aplicando o disposto nos artigos 1.º e 6.º desta lei.

Art. 8.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei nº 6212, de 19 de agosto de 1971, incorporadas aos proventos de inativos, fica com seu valor acrescido do mesmo índice percentual atribuído por esta Lei ao respectivo provento básico.

Art. 9.º — No sentido de manter a proporcionalidade existente entre os vencimentos das Tabelas I e II do Anexo II da Lei nº

Curitiba, terça, 06/10/81.

7424/80, cada vez que ocorrer modificação no valor do salário-mínimo regional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias na referida Tabela I.

Parágrafo único — Por ocasião da modificação do salário-mínimo que ocorrer durante a vigência do abono de que trata o art. 6º desta Lei, observar-se-á, na aplicação do disposto neste artigo, a regra contida no § 2º do art. 6º.

Art. 10 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$ 5.100.000.000,00 (cinco bilhões e cem milhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive as decorrentes da aplicação desta lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964.

Art. 11 — Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta lei, são devidos a partir de 01 de outubro de 1981, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 84/81, que autoriza o Poder Executivo conceder ao "MEMORIAL JK", um auxílio de até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para sua construção em Brasília. —

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 84/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, ao MEMORIAL JK um auxílio de até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para a sua construção.

Art. 2º — A despesa decorrente da execução desta lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ANTÔNIO COTRIM — Relator

— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

24 Srs. Deputados aprovam; 14 Srs. Deputados rejeitam. —

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 94/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 85/81), que fixa critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplina a incorporação de vantagens e proventos de inatividade, e dá outras providências que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, C.F. e C.R.H., por unanimidade. (Aprovado em 1ª Discussão o Projeto e Emenda nº 01. Por apreciar EMENDAS DE PLENÁRIO de nºs 02 a 10). EM REGIME DE URGÊNCIA. —

A Mesa informa ao Plenário que o projeto já foi aprovado em 2ª Discussão e a Emenda nº 01, também.

Estão para serem apreciadas as Emendas de nºs 02 a 10.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente,

peço a Vossa Excelência que a Emenda número 01 seja novamente colocada em votação, porque Vossa Excelência se recorda que, aquele dia, houve um problema de "quorum" e depois ficou sob discussão o "quorum" de 25 Srs. Deputados.

Por uma questão de legitimidade, pediria a Vossa Excelência a colocação, novamente, da Emenda número 01.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado que se trata de matéria vencida. E irá colocar em votação a Emenda número 02.

Em votação a Emenda número 02, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, essa emenda de autoria do eminente Líder do Governo, pretende incorporar gratificação de funcionários do Tribunal de Contas e do Poder Executivo, após a aposentadoria, que tenham ocupado cargo em comissão, haverá, por esse instituto que se pretende votar agora, dar o privilégio de receber o maior símbolo ocupado no espaço mínimo de um ano.

Isso equivale dizer, Sr. Presidente, após a aposentadoria. Porque faz remissão à Lei de Classificação de Cargos, especialmente no artigo 21 - se não me falha a memória - da Lei 7424.

Isso é privilegiar, Sr. Presidente, os já aposentados que estejam prestando serviços após a aposentadoria. Evidentemente, recebendo dois ordenados, dois vencimentos, em detrimento de uma grande maioria de funcionários não privilegiados, do Estado do Paraná, sobretudo os inativos.

Por esta razão é que propusemos uma emenda, mas sabemos, de antemão, que as emendas da Oposição serão rejeitadas.

Por esta razão faço um apelo — e deixo aqui para orientação de minha Liderança, que se trata de privilegiar, como foi a Emenda número 01, aprovada, no meu entender — respeitosamente — sem o "quorum" legal.

Agora, Sr. Presidente, a posição de nossa Bancada é de legislar, em caráter geral, sem privilégios, sem colocar restrição em parcela do funcionalismo mas, quero deixar aqui, mais uma vez, como já alertamos em outras oportunidades, principalmente no mês de dezembro de 1980, quando se votava aqui a Lei de Classificação de Cargos que, se não fossem observadas as nossas ponderações, o Estado do Paraná haveria de responder em ação judicial, pelos prejuízos que seriam levados a ter, caso as nossas emendas não fossem aprovadas.

Este é um caso típico, Sr. Presidente, e vou alertar agora: se não for observado o princípio legal do sentido genérico da lei, essas leis que particularizam interesses de pequena minoria do Poder, trará um prejuízo enorme ao Estado do Paraná; se se quer preservar o erário público, as finanças do Estado, a lei não pode ser discriminatória, porque tem o fulcro da inconstitucionalidade.

Estamos de acordo, Sr. Presidente, a nossa Bancada, de se legislar, no sentido de colocar toda a gama de funcionários públicos que não tem sido contemplada, num instituto que ampare a todos, e não de forma discriminatória.

Esta é a posição de nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a Emenda número 02.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar a votação) — Sr.

Presidente, sempre considerei o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, um constitucionalista vivo, quer dizer, um dos melhores que já passou por esta Casa, porque Sua Excelência efetivamente é um homem que estuda — não estou fazendo favor algum — é um homem que estuda exaustivamente todas as matérias que vêm à Ordem do Dia, principalmente aquelas relacionadas com o funcionalismo público, dos três Poderes; para isto, aliás, ele conta também com a assessoria brilhante do jovem advogado Bruel, que

é um homem que também, realmente, estuda...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Contava, Deputado, contava.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Contava? Lamento. É que estes dias vi Vossa Excelência em colóquio com o ex-assessor...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Privo da amizade dele.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então eu pensei que ainda — mas aqui não vai desdouro algum — conheço o advogado Bruel, é um moço filho de tradicional família paranaense, brilhante, competente, honesto e que nunca pediu nada nesta Casa em causa própria e nunca legislou em causa própria.

Sr. Presidente, sempre considerei o Deputado Fidelcino Tolentino dentro deste pensamento, mas hoje, lamentavelmente, Sua Excelência está procurando induzir o Plenário a um erro, pelo menos a um erro de ótica, sobre o assunto.

É exatamente para evitar a discriminação que o Presidente do Tribunal de Contas pretende fazer com os funcionários daquela Corte, é que está sendo apresentada esta emenda, emenda que já foi votada, o teor, a essência da matéria já foi votada, inclusive pela Oposição, na Lei de Classificação de Cargos, que estendeu o direito da percepção de vantagens...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Favoravelmente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — De vantagens, aos funcionários, quando se aposentassem, mas estranhamente, o Chefe do Tribunal de Contas assim não entende, então a Lei, como diz a Justificativa, é de efeito apenas temporário, apenas para enquadrar cinco ou seis funcionários que têm direito assegurado na Lei 7424, direito esse infelizmente não reconhecido pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que alega existir legislação específica na área federal para o Tribunal de Contas do Estado, como se o Tribunal de Contas do Estado não pertencesse à área do Poder Legislativo, auxiliar que é, do Poder Legislativo.

Então a nossa emenda não traz privilégio a ninguém; pelo contrário, ao menos faz justiça à meia dúzia de funcionários injustamente discriminados pelo atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Em votação a Emenda.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, não tenha dúvida de que, a Bancada do PMDB, observadas as questões levantadas pelo Deputado Fidelcino Tolentino, designado para estudar esta matéria, votará favoravelmente, até porque também entendemos que isso servirá como mais um gancho de sustentação jurídica àqueles que irão ao Judiciário demandar o princípio da isonomia, em que todos são iguais perante a Lei, mas obviamente fica muito claro que há esse entendimento de que aqui não se está fazendo, através dessa emenda, o verdadeiro procedimento quando se elabora uma lei, de ela ser genérica e não específica, e por esta razão, mesmo votando favoravelmente, porque entendemos que vai possibilitar que outros venham a se engajar juridicamente em busca de mais justiça nesse objetivo, mas com a clareza também de que não é de nosso melhor alvitre, do princípio de que a legislação, a lei deve ser genérica, mas sabemos que lá na Justiça o princípio da isonomia haverá de prevalecer.

Lamento que o Parlamento não pudesse deixar essa posição definitivamente clara, evitando ter que particularmente os interessados, irem em busca da soberana Justiça.

A propósito disto, concluo dizendo que as emendas do Deputado Fidelcino Tolentino, que em breve serão discutidas e votadas, fazemos um apelo à maioria do PDS, ao seu Líder, que

possibilite, da mesma maneira que nós e de todas as Oposições, apoiar e votar esta sua pretensão, também o faça com as nossas, para que tenhamos o bom trato com os inativos, com aqueles que necessitam uma melhor remuneração nos seus últimos dias de vida.

Seria uma troca de gentilezas, mas um ato de justiça para beneficiar mais aqueles que lá fora estão aguardando que aqui se pratique a justiça de maneira genérica e não específica.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação. - Aprovado.

Em votação a Emenda número 03, de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Pediria ao autor da emenda, que a apreciação liminar de dar apoio conforme foi o nosso entendimento; entretanto, houve umas alterações no projeto de emenda original e o que está no bojo do processado ou no do projeto em discussão.

Pediria a gentileza de o Deputado nos explicar, para que nessa questão de ordem eu possa me situar e a nossa bancada também possa se situar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a Emenda número 03. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 04, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar.

Sr. Presidente, queria fazer mais um apelo, sobre esta emenda do Deputado Ezequias Losso, de número 04. Ela tem o mesmo caráter da emenda já encaminhada, de autoria do eminente Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério.

Entretanto, quer me parecer que o transplante para este projeto, do disposto — salvo melhor juízo ou uma falha de minha memória — do artigo 21 da Lei 74004, que trata da reclassificação de cargos.

Esta emenda não estabelece um prazo mínimo para investidura da pretensão da mesma. Ela criará, Sr. Presidente, a seguinte situação ao Estado: a pessoa investida num cargo em comissão, mesmo após a aposentadoria, por um único dia, trará os polpudos vencimentos do maior cargo que tenha exercido.

Isto é absolutamente inadmissível, Sr. Presidente, em matéria de finanças públicas e até de leis de caráter administrativo.

Peço a compreensão do Deputado Ezequias Losso, para que não cometamos aqui um imperdoável erro, que possa levar o Estado do Paraná a aposentadorias faraônicas, como aconteceu no passado, com o Tribunal de Contas do Estado.

Peço a Sua Excelência a compreensão e até a leitura do texto da Lei 7424, que teve um critério: o de preservar a boa aplicação das finanças do Estado.

É o meu entendimento, e inclusive o Deputado Erondy Silvério teve a preocupação de invocar o preceituado na Lei 7424, que tem o mesmo caráter.

E faço aqui, Sr. Presidente, uma lembrança, quando da discussão e votação da Lei 7424, a Oposição ofereceu ao Governo do Estado do Paraná a discussão sobre a fixação deste prazo e foi aí então que, nesse artigo — e eu devo declinar aqui a acolhida do PDS, especialmente do relator da matéria, que em contato com o Secretário de Estado, inseriu no artigo 21 a fixação do prazo de um ano pelo menos no exercício desse cargo em comissão.

Se não ocorrer essa alteração agora, nesta emenda, a nossa bancada será levada a votar contrariamente, com muita penitência, porque ela também servirá de gancho, se for alterada, para o Judiciário, professores de ensino médio e outros funcionários já aposentados, possam pleitear com sucesso a medida corretiva do princípio da isonomia do direito.

Faço este apelo, Sr. Presidente, e quero deixar aqui a nossa

manifestação, para que ela não tenha a possibilidade de ampliar dificuldades até de norma, que a Secretaria das Finanças terá muita dificuldade e a de Recursos Humanos, em fazer também a interpretação desta norma.

Sr. Presidente, neste encaminhamento de votação, eu quero mais uma vez alertar esta Casa e, sobretudo, a Presidência e a vice-Presidência da Assembléia, que a Comissão de Recursos Humanos quando da elaboração do parecer sobre a matéria em discussão, sobre o projeto em discussão, não convocou a este Deputado, nem ao Vice-Presidente da Comissão e nem a outro membro do PMDB para que o parecer fosse dado. Quero deixar nos Anais desta Casa, mais este protesto, porque, apesar da amizade pessoal que gozo com o Presidente da Comissão, não é do nosso feitio aceitar este tipo de reuniões sem que possamos ser convocados. Porque nunca temos faltado aos nossos compromissos e ao nosso dever, de levar às comissões o nosso entendimento, a nossa modesta contribuição para o aperfeiçoamento do sistema legislante.

Era o que tínhamos a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao propormos a presente emenda, tivemos a preocupação de adotar a redação que foi eleita quando se elaborou a Lei 7424.

Apenas, modificamos a expressão “em comissão”, referente a cargo, para a expressão “cargo diretivo”. Isto porque, existem algumas dúvidas, especialmente em função a presidências de fundações criadas pelo Estado do Paraná, que foram exercidas por funcionários aposentados.

Procuramos a clareza do texto. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nosso propósito que as coisas fiquem sempre muito bem definidas. Então nos reservamos o direito de, oportunamente, voltarmos com emenda neste mesmo sentido, após analisá-la com setores da Secretaria de Recursos Humanos, para que nenhuma dúvida possa ser suscitada.

Por estas razões solicitamos a Vossa Excelência a retirada da presente emenda.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Está retirada a emenda.

Em votação a Emenda nº 5, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada por diversos Srs. Deputados.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). Gostaria que Vossa Excelência solicitasse ao Sr. 1º Secretário a leitura, na íntegra, da respectiva emenda.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura, na íntegra, da emenda do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

(É feita a leitura)

Está em votação a Emenda nº 5. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

8 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Emenda nº 6, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada por diversos Srs. Deputados. Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, sei que estou sendo enfático, quem sabe até cansativo demais, sobre as emendas que temos proposto nesta Casa. Quero deixar também claro que só há um objetivo, do aperfeiçoamento das leis que regem os funcionários públicos do Estado.

Nesta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo seu texto, — e quero lê-lo, “para efeito de atualização de pensões concedidas pelo IPE, aplicam-se os dispositivos contidos nesta lei”.

Como esta lei revê toda a sistemática de cálculo dos proventos de aposentadoria, há de ser necessário também, por uma questão de justiça, da mais absoluta justiça, que as pensões de viúvas, ou de servidores, que recebam do Estado a este título, tenham também uma correção no valor que até agora vem recebendo.

Pessoalmente, não tenho grau algum de parentesco, nem de conhecimento, com pessoas que recebam do Estado a este título. Entretanto, Sr. Presidente, temos recebido telefonemas, esclarecendo que a quantia minguada que as pensões representam, tem sido motivo de grande frustração e injustiça para essas pessoas que buscam sustentar a família, com uma quantia absolutamente inacessível, à dignidade humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a emenda nº 6, do Deputado Fidelcino Tolentino. — Aprovada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a emenda do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, queiram levantar-se.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

20 Srs. Deputados rejeitam; 10 Srs. Deputados aprovam. — Rejeitada a emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, vencida esta matéria, peço a Vossa Excelência, respeitosamente, que determine a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — 37 Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para deliberação. Está em votação a Emenda nº 7, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, esta emenda pretende conferir aos professores do ensino médio, que desde o estatuto do magistério, vem sendo postergado na igualdade de direito adquirido durante todo o tempo que prestou serviços ao Estado. E depois, foram também, esquecidos na Lei de Classificação de Cargos, foram também, esquecidos na lei que regulamentou o Estatuto do Magistério.

E agora Sr. Presidente, apresentamos esta emenda que tem o mesmo sentido das emendas apresentadas pelos eminentes Deputados Erondy Silvério e Cyro Martins.

Como se trata do mesmo princípio, da mesma distorção, a mesma discriminação que a nossa Bancada, inclusive, junto

com a Bancada do PP, votou favoravelmente aquela emenda. Quero aqui, até prestar uma homenagem a este entendimento e a esta comunicabilidade de raciocínio e pensamentos existentes nas bancadas de Oposição, quantos aos objetivos que se pretendem alcançar com essas emendas, que a bancada, também, do Governo entenda o mesmo princípio da aprovação, das que nós ajudamos a aprovar.

É este o raciocínio que quero fazer e o esclarecimento que faço, para melhor juízo para orientação da bancada situacionista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda nº 7.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se considerar como estão. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Peço verificação de votação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

11 Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada a emenda.

Em votação a Emenda nº 8, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino.

Srs. Deputados que aprovam, queiram se conservar como estão. — Rejeitada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente, só quero alertar que essa emenda visa corrigir àquele pleito judicial que deu ganho de causa a onze professores que está, agora, em grau de recurso, no Tribunal Federal de Recursos.

Por essa razão, seria uma oportunidade do Governo se redimir. E esta Assembléia, através do Partido do Governo, reparar o erro que alertamos da tribuna, quando da discussão e votação da Lei de Classificação de Cargos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a Emenda nº 8. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

11 Srs. Deputados rejeitam; 2 aprovam. — Rejeitada.

Emenda nº 9, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli. Em votação. — Rejeitada.

Emenda nº 10, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso.

Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por várias vezes, a Oposição, e inclusive faço em sentido genérico, tem sido acusada de não propor, de não ajustar, de não projetar e fazer a crítica pela crítica.

Na tarde de hoje, tivemos a assinatura de um recibo, mais uma vez, de que, em verdade, pouco resta à Oposição. Porque, como não se exercita aqui — e repito o que já disse outras ve-

zes — o processo do convencimento, mas sim, o processo mecânico de votação, não se convence quase ninguém, em sendo da Oposição a proposta.

E digo isso porque, quando a bancada do PMDB, elegeu o Deputado Fidelcino Tolentino para promover o estudo mais apurado, aprofundando a questão dos inativos, não o fizemos com objetivo meramente de tentar trazer uma proposta, às vezes, artificial, específica, ou localizada.

Passamos por um longo debate. E para poder trazer o que de melhor tínhamos, reuniu-se o Deputado Fidelcino Tolentino com a Comissão de Professoras que compõe o Quadro de Inativos deste Estado.

Ao mesmo tempo, tivemos um longo entendimento — a pedido nosso, com a Assessoria Jurídica da Associação dos Professores do Paraná.

Para quê isso, Sr. Presidente?

Para que se fizesse, com relação aos inativos, alguma coisa mais concreta, mais aprimorada, mais ajustada.

Pois bem, Sr. Presidente, quatro emendas foram propostas pelo Deputado Fidelcino Tolentino, como resultado do conjunto de estudos, de esforços, de conversas, de debates, de longas horas em que se debruçaram em cima das emendas, em cima do projeto e da própria Lei mais ampla do assunto.

Nós vimos, hoje, que realmente não vale a pena, mas, para registro dos Anais desta Casa, fica desmentida de uma vez por todas àqueles que possam, no passado, no presente ou venham, no futuro, querer acusar as Oposições de fazerem a crítica e não colaborarem na melhoria, no aprimoramento ou até no projetar de questões do Estado do Paraná. Que assumam portanto, a verdade de neste instante, com o recibo que assinaram, estar demonstrando que, na prática, a Oposição aprimora, projeta, melhora mas que, o processo mecânico, não se exercendo o processo de convencimento, fala mais alto.

Por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não tenho nada contra ninguém, mas saio desta Tribuna como eu disse há pouco ao Deputado Fidelcino Tolentino, que, à próxima vez, com humildade, leve as suas Emendas para os Deputados da maioria. Parece que a paternidade tem um ônus terrível, nesta Casa, como no parlamento acanhado que hoje se exercita neste País. E se não for questão de paternidade, que nós possamos evitar o absurdo que nós ouvíamos na Comissão de Instrução Pública quando estavam aqui Secretários de Estado, em que, o Vice-Líder do PDS dizia na ocasião: — mas se não der para ajustar, dá para fazer Emenda, no Plenário.

E no que resultaram as Emendas no Plenário?

Mas mesmo se não derem as Emendas no Plenário, para isso está aí o Judiciário. Ora! Se nós pudéssemos evitar o desgaste, o custo da demanda judicial, nós deveríamos fazê-lo. Mas, me parece que isso é impossível.

Concluo portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que apesar desse pretensão desânimo que paira sobre aqueles que procuram melhorar, mostrar, alterar, que, ao menos nos Anais vão ficar, essas questões, e, acima de tudo, quando amanhã se buscar na Justiça, com alto custo para o Estado porque são os ônus próprios da elevada e dispendiosa Justiça que temos, aí é possível que possamos depois, tentar remendar aquilo que agora poderia ser evitado.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós ficamos com o Não às Emendas, nós ficamos com a certeza de que ao menos o trabalho, a responsabilidade foram exercidos, e, quando nós vamos para última Emenda que exatamente em princípio repisa a mesma coisa da primeira Emenda do Deputado Fidelcino Tolentino e que parece que também será rejeitada, nós não queremos, com isto, querer deixar como gancho, de que, o PDS está rejeitando uma proposta de seu próprio componente, mas que, acima de tudo fiquem as outras Emendas aqui levantadas pelo Deputado Fidelcino Tolentino, como tentativa da Oposição, de fazer bem aquilo que é o seu mandato. Se não possível, não foi

por culpa nossa mas que não venham, nunca mais, Sr. Presidente, dizer aqui, que, a Oposição critica por criticar e que nunca está satisfeita e que às vezes procura bagunçar, até, Projetos do Executivo, pelo seu eterno descontentamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a Emenda nº 10 — Rejeitada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência verificação de votação, porque a nossa Bancada votará favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Deferida a solicitação. Em votação a Emenda.

12 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitada.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 105/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 91/81), que majora os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

20 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiero a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere, solicito do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 38 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Em votação o Projeto de Lei nº 105/81. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 44/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 62/81, (Mens. Govern. nº 68/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da "II Feira Brasileira do Artesanato", no período de 10 a 19 de julho de 1981. — Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação).

22 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nicanor Schumacher, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumoni constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nicanor Silveira Schumacher, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Alexandrino, ocorrido em Nova Esperança. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Chemin, ex-Prefeito, Vice-Prefeito e Industrial da cidade de Paranacity, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silveiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ducastel Nicz, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nicanor Schumacher. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Joanita Bariloti Dalagrana, ocorrido em Campo Largo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Helevir Torres Weber, ocorrido em Campo Largo. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Basso, ocorrido em Toledo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 34º aniversário de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil encarecendo daquela instituição oficial de crédito, a implantação de um Posto Avançado no Município de Verê. — Aprovado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior e ao Senhor Presidente da SANEPAR, encarecendo extensão da rede de água na cidade de Palmeira. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Senhor Secretário da Segurança Pública, para providências no sentido de atender à Delegacia de Polícia de Palmeira; uma quota mensal de combustível para viatura policial, uma viatura em condições de uso, e a reforma do prédio da referida Delegacia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Comunidade Baha'í de Curitiba, pela realização da 2ª Semana Baha'í. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., pedindo informações dos critérios adotados para liberação de Cr\$ 350.000.000,00 para a firma AGROCERES SEMENTES S/A. — Em discussão.

O SR. WERNER WANDERER — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 44, 45 e 46/81.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 94 e 105/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 170/80, 43, 56, 57, 62 e 65/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 339/81

I — exonerar LUCIMAR NUNES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 121/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — exonerar LUIZ CARLOS MASSEY, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 057/81, que autorizou o mesmo a prestar

serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 7905/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 340/81

I — prover NAIR RIOS BASSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini; e,

II — autorizar a funcionária acima mencionada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 7905/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 341/81

I — prover LUCIMAR NUNES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini; e,

II — autorizar a citada funcionária a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 7905/81)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/09/81.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1º Secretário

NILSO SGUAREZI — 2º Secretário

— Republicado, por incorreção.